



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

KAROLINE LIMA BARROS

**FAMÍLIA E PRESÍDIOS: AS IMPLICAÇÕES DO ENCARCERAMENTO PARA AS
FAMÍLIAS DE PESSOAS PRESAS**

Brasília/ DF

2016

KAROLINE LIMA BARROS

**FAMÍLIA E PRESÍDIOS: AS IMPLICAÇÕES DO ENCARCERAMENTO PARA AS
FAMÍLIAS DE PESSOAS PRESAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social - SER do Instituto de Ciências Humanas - IH da Universidade de Brasília-UnB como requisito parcial de obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da professora Dra. Sandra Oliveira Teixeira.

Brasília/DF

2016

KAROLINE LIMA BARROS

**FAMÍLIA E PRESÍDIOS: AS IMPLICAÇÕES DO ENCARCERAMENTO PARA AS
FAMÍLIAS DE PESSOAS PRESAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social- SER do Instituto de Ciências Humanas- IH da Universidade de Brasília-UnB como requisito parcial de obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da professora Dra. Sandra Oliveira Teixeira.

Aprovado em: ____/____/2016

Pra Dra. Sandra Oliveira Teixeira

Departamento de Serviço Social- Universidade de Brasília
(Orientadora)

Pra Dra. Camila Potyara Pereira

Departamento de Serviço Social- Universidade de Brasília
(Membro Interno)

Pr. Msc. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegal

Departamento de Serviço Social- Universidade de Brasília
(Membro Interno)

Aos meus pais, a quem dedicarei amor
incondicional até meu último suspiro.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida e por ter iluminado meu caminho e me dado forças para concluir mais essa etapa em minha vida.

À toda a minha família, que representa minha base e razão da minha existência. Aos meus pais Eliete e Ronaldo, exemplos de força e caráter, que me enchem com seu amor, confiança e compreensão todos os dias. As minhas irmãs Karine e Kamila, que sempre se alegram com minhas vitórias e que estão comigo em todos os momentos difíceis. A vocês, todo o amor do mundo.

À minha querida amiga, Monique Guimarães, que me conhecendo mais do que a mim mesma, me apresentou o curso. Escutou todas as minhas inquietações e, mesmo distante, se fez acolhedora e sempre me incentivou. Obrigada pela amizade, pelo amor e pela compreensão de tantos anos.

À Lidiany Azevedo, que acompanhou todo esse processo. Obrigada por me escutar e segurar minha mão e por nunca me deixar desistir. Escutou meus choros, aguentou meus descontroles e me ajudou durante a minha trajetória até aqui.

À Paula Braz, que tanto me apoiou e me ajudou no processo de construção desse trabalho. Obrigada pela amizade, companheirismo e por compartilhar suas vivências.

Às minhas amigas Kamila Santos e Andreza Sabino, por dividirem comigo cada lágrima, pelo apoio e pela compreensão em minhas ausências.

À Emilly Moreira e Natany Carvalho, por todos os processos de discussão dentro e fora do curso. Pelas parcerias, experiências e problematizações. Obrigada por me ajudarem no processo diário de reflexão e desconstrução.

À minha orientadora, professora Doutora Sandra Oliveira Teixeira, pela disponibilidade em me orientar. Agradeço pela companhia e paciência, pelas conversas que resultaram no meu aprimoramento pessoal e profissional.

À Cibele Sousa, minha referência profissional. Obrigada pelo período de estágio obrigatório no Caps Ad de Sobradinho, que colaborou no meu crescimento pessoal e profissional. Agradeço pela amizade e apoio.

À Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, que por meio da minha participação no Projeto de Extensão no Cárcere, despertou a minha vontade em estudar o tema, além de contribuir para a construção desse debate.

À Universidade, ao Departamento de Serviço Social, a todos os seus funcionários, técnicos e corpo docente.

“Querer ser livre é também querer livres os outros” - Simone de Beauvoir

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como interesse estudar as implicações do encarceramento na vida de familiares das pessoas presas. Para isso, foram realizadas 10 (dez) entrevistas com familiares, escolhidos de forma aleatória, durante as visitas no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal. Foram entrevistadas pessoas do sexo feminino e masculino, que tinham familiares presos no Centro de Detenção Provisória (CDP) e nas duas Penitenciárias do Distrito Federal (PDF I e PDF II). Além disso, foram feitas análises documentais e bibliográficas para avaliar como as expressões da “questão social” afetam a vida dessas pessoas. Os resultados mostram que os familiares também sofrem as violências presentes nesse sistema complexo e totalitário, e que, por vezes, são culpabilizados pela situação de encarceramento de seus familiares. Além disso, infere-se que o sistema prisional é bastante seletivo, visto que a maioria das pessoas encarceradas, e de seus familiares, pertence à população negra.

PALAVRAS-CHAVE: “Questão social”, Encarceramento, Família, Violência, Racismo

ABSTRACT

This undergraduate thesis has as interest to study the implications of the incarceration in the familiar organization of the prisoners. For this purpose, 10 (ten) interviews with relatives, randomly chosen, were carried out during visits to the Penitentiary Complex of Papuda, in the Federal District. Women and men were interviewed, who had family members imprisoned in the Provisional Detention Center (CDP) and the two Penitentiaries of the Federal District (PDF I and PDF II). The research has a qualitative nature, which gave a more subjective analysis of the interviewees' speeches. In addition, documentary and bibliographic analyzes were done to assess how expressions of the " social issue " affect the lives of these people. The results show that relatives also suffer the violence present in this complex and totalitarian system, and that sometimes they are blamed for the situation of imprisonment of their relatives. In addition, it has been inferred that the prison system is quite selective, since most of the prisoners, and their relatives, belong to the black population.

KEYWORDS: " Social issue ", Imprisonment, Family, Violence, Racism

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDP- Centro de Detenção Provisória
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
CIR- Centro de internamento e reeducação
CLT- Consolidação das Leis do Trabalho
CO- Centro de Observação
CPE- Coordenação de Polícia Especializada
CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP- Centro de Progressão Penitenciário
DEPEN- Departamento Penitenciário Nacional
DF- Distrito Federal
EJA- Educação de Jovens e Adultos
FUNAP- Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso
GEAIT- Gerência de Assistência ao Interno
INFOPEN- Sistema Integrado de Informação Penitenciária
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEP- Lei de Execução Penal
MPC- Modo de Produção Capitalista
ONU- Organização das Nações Unidas
PDFI- Penitenciária do Distrito Federal I
PDFII- Penitenciária do Distrito Federal II
PFDF- Penitenciária Feminina do Distrito Federal
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRWORA- Lei sobre Responsabilidade Individual e a Oportunidade do Trabalho
RJ- Rio de Janeiro
SESIPE- Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal
TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJDFT- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
UNIFESP- Universidade Federal de São Paulo
VEP- Vara de Execução Penal
VEPEMA- Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Procedimentos Metodológicos.....	16
Capítulo1-Questão social e encarceramento.....	18
1.1. Questão social no capitalismo.....	18
1.2. Questão social e prisão.....	24
1.3 A intensificação da criminalização das resistências.....	28
1.4 Encarceramento no capitalismo contemporâneo.....	31
Capítulo 2- Características históricas da prisão	35
2.1 História das prisões.....	35
2.2 A prisão no Brasil.....	45
Capítulo 3- O Sistema Penitenciário no Distrito Federal, LEP e responsabilização	
familiar.....	50
3.1 O Sistema Prisional no DF.....	50
3.2 A Lei de Execução Penal, suas limitações e os impactos na organização	
familiar.....	54
Considerações Finais.....	65
Referências Bibliográficas e Documental.....	68
Anexos.....	74

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como interesse caracterizar as condições de vida e a atuação das famílias de sentenciados, de modo a analisar de que forma essas famílias são atendidas e tratadas, no âmbito do sistema prisional do Distrito Federal. Assim, partiu-se do problema de pesquisa de como as famílias são tratadas no âmbito do sistema prisional?

Santos *et al* (2009), ressalta que,

No país, há um histórico em que as desigualdades vertiginosas associadas à pobreza da maior parte da população têm se combinado e contribuído indiscutivelmente para o aumento da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades (SANTOS *et al*, 2009, p. 22).

Além disso, as autoras ressaltam as dificuldades que os familiares dos apenados, principalmente as mulheres, enfrentam, tendo suas vidas marcadas pelo preconceito, fazendo com que as mesmas acabem, por vezes, omitindo o fato de encarceramento familiar de suas relações pessoais e profissionais (SANTOS *et al*, 2009, p. 26). Sendo assim,

O processo de exclusão social principalmente das mulheres de detentos legitima um preconceito social que reside nas angústias e inseguranças a que estão expostas em função do anonimato social em que vivem; da falta de parâmetros sociais e de oportunidades de trabalho para sua sobrevivência (SANTOS, 2009, p. 26)

As famílias, principalmente as mulheres, encontram-se, na verdade, submetidas à exploração, diferentes formas de opressão e ao preconceito. Ao mesmo tempo, têm sido consideradas fundamentais no processo de encarceramento visto à exigência quanto a sua atuação na “ressocialização” da pessoa presa, por meio de “reinserção” da pessoa presa na sociedade, no mercado de trabalho e nas suas relações sociais e comunitárias. Mas como determinar este grau de exigência às famílias se o próprio sistema carcerário tem sido uma das principais referências para o domínio das classes burguesas? As famílias dos sentenciados do Distrito Federal são famílias que vivem em situação de exclusão constante. Exclusão, não no sentido de estarem fora da sociedade, mas no sentido de que são exploradas e subjugadas, vivendo situações de dificuldades financeiras, de acesso aos direitos de habitação, de saúde, ensino, segurança, etc. Inseridas numa sociedade em que a todo o momento diz a elas que estão vivenciando essas situações, pois não se esforçam o suficiente.

A sociabilidade capitalista projeta nestas famílias a culpa. Culpa pela situação de pobreza, pela violação de seus direitos, pelo encarceramento de seus membros. Além disso,

são responsabilizadas pela alimentação, promoção da saúde e vestuário de seus familiares, já que o Estado se cala diante da situação precária presente nos presídios do Distrito Federal.

Silva (2014, p. 66), ao afirmar que o sistema carcerário se configura como um dos principais aparatos da sociedade burguesa, ressalta que o ato criminoso ocorre porque determinadas ações são vistas como ameaçadoras às elites, e, dessa forma, essas se protegem com o Estado. (2014, p.64)

Desta forma,

A perspectiva militarizante da gestão carcerária é simplesmente fundamental para o apoio necessário a afirmação do modelo societário vigente, apaziguando, pela força, aqueles que se colocam fora do espaço que lhes é determinado na divisão socioespacial estabelecida pela sociedade capitalista. (2014, p.69)

Em 1984 foi sancionada a Lei nº 7210, a chamada Lei de Execução Penal (LEP), e nela estão especificados os direitos dos apenados. Porém estes direitos não são assegurados, colocando tanto a família, como o próprio detento, numa situação de constrangimento e expostos, muitas vezes, a situações de violência e maus tratos.

A população carcerária vive em condições de extrema precariedade e afronta aos direitos humanos, não tendo nem sua integridade física e moral respeitadas e preservadas, conforme determinado na Constituição Federal e na Lei de Execuções Penais (LEP). Nas celas, há falta de uma mínima estrutura de saneamento, higiene e são superlotadas. De acordo com a Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção de Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes, os relatos de maus-tratos sofridos por presos sob custódia policial são frequentes.

De modo geral, no sistema carcerário do DF, encontram-se pessoas provenientes de localidades mais pauperizadas, e que majoritariamente são negras, pobres e moradoras de periferias. Trata-se de uma tendência que marca a condição social do encarceramento no Brasil. O sistema penal tem se tornado um ambiente para o confinamento daqueles que não se ajustam às normas sociais vigentes e o aparato policial do Estado se configura como um mecanismo de autoafirmação da ordem imposta pela classe dominante.

Quando uma pessoa é acusada de cometer um delito e por consequência vai presa, a família também é deslocada para dentro do cárcere, sendo impostas realidades nada animadoras para as famílias, as quais têm que arcar com toda a visão culpabilizadora da sociedade e do próprio sistema, no que diz respeito ao cometimento do delito. Estas famílias enfrentam, cotidianamente, o preconceito e o estigma, por possuírem qualquer ligação – ainda

que não de forma direta- com o sistema carcerário. Então, por um lado, a família é apontada por ter supostamente falhado na sua função de sociabilidade de seus integrantes.

Além disso, as famílias têm de se adaptar às regras dos presídios, tendo seus corpos controlados e vigiados, junto aos corpos de seus entes. Para as visitas, que são previstas na LEP e se constituem como um direito deste indivíduo, para as famílias acaba sendo um martírio. Expostas ao sol, ao calor, ao frio e à chuva, são enfileiradas, durante horas, para permanecerem com seus entes pouquíssimo tempo. São submetidas, ainda, a uma revista íntima da forma mais vexatória e humilhante possível. E, mais, quando o Estado transfere sua responsabilidade de arcar com a higiene, alimentação, vestuário, entre outros, para as famílias, estas passam por constrangimentos ao se depararem com regras absurdas em relação ao que pode e o que não pode ser consumido dentro do cárcere, como por exemplo, a exigência de se levar tudo em sacos plásticos; não podem usar qualquer tipo/ cor de roupas; os alimentos não podem ser caseiros e existe uma quantidade determinada permitida para cada tipo de alimento e conforme o dia da semana.

A escolha pela temática se deu em decorrência de intensos debates presentes durante a participação no Projeto de Extensão da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília intitulado Extensão no Cárcere, no qual foram levantadas questões acerca do aumento do encarceramento no Brasil, bem como o processo de violação de direitos nesses espaços. Verificou-se, portanto, a necessidade de aprofundamento desta temática.

O objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: mapear as condições de vida das famílias dos apenados, no Distrito Federal; apreender as formas que a criminalização das expressões da “questão social” se relacionam com o aumento do encarceramento, e verificar de que maneira as famílias enfrentam a situação do aprisionamento e como são tratadas no sistema carcerário.

Para tanto, a pesquisa foi realizada com base em análise documental e de entrevistas junto aos familiares das pessoas presas. No total, foram realizadas dez entrevistas.

Espera-se que a análise neste trabalho de conclusão de curso possa contribuir no debate da atuação do profissional de Serviço Social, para que cada vez mais o trabalho do assistente social esteja sintonizado com a luta da garantia de direitos e pelo fim de qualquer tipo de violência e opressão.

Este trabalho está constituído por 3 capítulos além da conclusão. O primeiro capítulo aborda as expressões da “questão social” e suas implicações no processo de encarceramento. O segundo trata sobre a trajetória das prisões no Brasil. O terceiro capítulo aborda a Lei de

Execução Penal, o sistema prisional do Distrito Federal, além das implicações para a família durante esse processo de encarceramento, com base na análise obtida através das entrevistas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar as condições de vida e a atuação das famílias dos sentenciados no âmbito do sistema prisional, a fim de averiguar algumas das implicações do encarceramento para as famílias de pessoas presas.

De acordo com Minayo (2001, p.16), metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja,

A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. (MINAYO, 2001, p. 16)

Ainda segundo a autora, “enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (MINAYO, 2001, p.16).

O presente estudo possui perfil qualitativo e se iniciou no segundo semestre de 2016. Foram realizadas dez entrevistas semi-estruturadas com familiares de pessoas presas, escolhidas de forma aleatória, durante o processo de visita no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal. As entrevistas foram feitas no período de outubro a dezembro de 2016.

Minayo (2001, p. 22), a respeito da pesquisa qualitativa ressalta que esta “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

A escolha da entrevista semi-estruturada se deu por conta da necessidade de que as informações obtidas fossem tomadas de forma mais espontânea, como aponta Manzini (1990). Segundo Boni e Quaresma (2005), a entrevista semi-estruturada possibilita um índice de resposta bem mais abrangente produzindo uma melhor amostragem dos pesquisados.

Este estudo se caracteriza pela sua natureza qualitativa, quantitativa e exploratória tendo em vista a necessidade de um maior aprofundamento do tema em questão. A pesquisa qualitativa tem por objetivo obter dados descritivos a partir de contato direto do pesquisador com o objeto de estudo.

Para que o objetivo proposto fosse alcançado, a pesquisa se dividiu em duas etapas. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico de temas relevantes para a pesquisa tais como a Política de Execução Penal, a seletividade do sistema carcerário, o racismo institucional e a responsabilização na atuação das famílias.

A segunda refere-se à análise de dados obtidos através das entrevistas, que ao serem relacionados com a bibliografia levantada, contribuíram para a compreensão de implicações do encarceramento na configuração familiar das pessoas entrevistadas.

É necessário enfatizar que durante a pesquisa, foram utilizados procedimentos éticos. As entrevistas foram gravadas com a autorização das/os participantes, sendo-lhes assegurado o sigilo das informações prestadas. Ao aceitarem participar da entrevista, foi explicado os objetivos da pesquisa bem como a entrega e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para a sua assinatura.

Durante a abordagem para a realização das entrevistas, a grande maioria se mostrou receptiva e prestativa, com exceção apenas de alguns homens que ao serem abordados se negaram a responder. Como a pesquisa foi realizada fora dos presídios, enquanto os familiares aguardavam para a revista pessoal e da alimentação, muitos demonstraram a preocupação com o tempo que iria durar a entrevista, já que, como a entrada para visitação funciona por meio da emissão de senhas, e os entrevistados, se não escutassem no momento em que anunciassem a sua vez, só entrariam para ver seus familiares após a entrada de todos que ali estavam. É necessário enfatizar que nos dias que foram feitas as entrevistas, os funcionários não utilizavam nenhum tipo de aparelho sonoro- como microfone-, dificultando ainda mais a compreensão da ordem das senhas, por parte dos visitantes.

CAPÍTULO 1

Questão social e encarceramento

1.1. Questão social no capitalismo

A sociabilidade, no modo de produção capitalista, é marcada pela desigualdade, segregação e violência entre outras expressões da “questão social”. Violência que a cada dia é legitimada pelo Estado, especialmente quando são dirigidas ameaças à propriedade privada, configurando-se como forma de controle das classes consideradas potencialmente “perigosas”.

A intensa contradição existente na sociedade capitalista se materializa na chamada “questão social”, cuja gênese situa-se no capitalismo. Conforme ressalta Silva (2012), “a ‘questão social’ condensa o conjunto das desigualdades e das lutas sociais, que estão em movimento constante e alcança sua plenitude nos tempos de capital fetiche, assim sendo, a “questão social” é indissociável da sociedade e da luta de classes”. É indissociável ao passo que esta luta se materializa na luta entre projetos de sociedade, modelos de produção e acumulação.

Caracteriza-se como “questão social”:

(...) as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p. 77)

Segundo Iamamoto e Carvalho (2006, p. 125), o aparecimento da “questão social” diz respeito à generalização do trabalho livre após um longo processo de escravidão, e este trabalho livre se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá, em grande medida, fora dos limites da formação econômico-social brasileira.

Para sua sobrevivência e de sua família, o trabalhador livre tem que vender sua força de trabalho, e a sua sobrevivência se vincula ao mercado dominado pelo capital.

Sendo assim,

Como vendedor livre de sua força de trabalho- a certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista- sucumbe inexoravelmente à exploração desmedida do capital. Sua existência e reprodução só se tornam possíveis enquanto elemento de uma classe social, através da “verdadeira guerra civil” que trava com a classe capitalista para garantir suas condições de existência (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p. 126).

A classe trabalhadora é submetida a um processo de intensa exploração e a luta que trava para garantia de direitos é encarada como uma ameaça ao restante da sociedade. Com isso, é imposto certo controle social da exploração da força de trabalho, para que a ordem pública seja mantida.

A “questão social”¹ expressa, conforme Iamamoto (2001, p. 17), disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Segundo Behring e Boschetti (2012, p. 55), “a luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado, são, portanto, as primeiras manifestações da eclosão da “questão social”.

Conforme Iamamoto (2001, p. 10), a “premissa é de que a análise da “questão social” é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais”.

Ainda segundo a autora,

[...] o enfrentamento da “questão social”, requer a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

Silvana Taques (2007, p. 04) traz que a “questão social” contempla, para além das transformações do mundo do trabalho, as novas formas da exclusão, da miséria e da pobreza, abrangendo também as novas funções tecnológicas que auxiliam no processo de controle e acumulação capitalista. Citando Cattani (2000, p. 39-40), afirma que,

As profundas transformações econômicas e sociais, ocorridas nos últimos séculos, resultaram na incorporação de um número proporcionalmente crescente de indivíduos na esfera produtiva. Regido pelos princípios da economia de mercado, o trabalho permitiu a produção e a acumulação de uma fantástica quantidade de riquezas e o desenvolvimento de forças produtivas em níveis que a humanidade jamais conheceu. [...] O desemprego, entendido não apenas como ausência de atividade e de relações assalariadas, mas como uma situação, um status social, transformou-se em um indispensável elemento explicativo dos problemas e tendências da transformação econômica e social neste final de século.

¹ Um dos protagonistas no enfrentamento da “questão social” foi a Igreja Católica, que ao enxergar as mazelas da sociedade como sendo males sociais, transformava-as em problemas de ordem moral e cristã, e a própria sociedade, como um organismo doente a ser curado. A exemplo das intervenções por parte da Igreja, nas questões de âmbito social, estão as encíclicas papais *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891) e a *Quadragesimo Anno* de Pio X de 1931” (SILVA, 2008, pp.73- 74).

Citando Ianni (1992) e Guimarães (1979), Iamamoto (2001, p. 17), ressalta que a “questão social” vem passando por um violento processo de criminalização, que atinge, substancialmente, as classes subalternas. Assim sendo, vem à tona a noção de “classes perigosas”, que serão objetos de repressão e extinção. Ou seja, a predisposição em se naturalizar a “questão social” é seguida da focalização de programas de “combate à pobreza” ou a ações meramente repressivas, no que diz respeito ao enfrentamento das suas manifestações, lembrando a época em que a “questão social” era entendida como caso de polícia, e não como objeto de ação do Estado. Quando se trata do enfrentamento da “questão social”, na atualidade, há uma junção entre programas de assistência focalizados e ações repressivas, reforçando o poder coercitivo do Estado.

Diante disso, a autora ressalta que a análise das expressões da “questão social”, quando desconectada de sua gênese e desconsiderando os processos contraditórios que as criam e as transformam, corre o risco de envolver uma dupla armadilha que seria cair na fragmentação da “questão social”, responsabilizando os indivíduos por seus “problemas”, além de se deter um discurso que esvazia suas particularidades e suas manifestações - como a violência, o trabalho infantil, etc.- resultando numa visão equivocada e indiferente da “questão social” (IAMAMOTO, 2001).

Citando Montañó (2003, p. 235), Joseane Soares Santos ressalta que na atualidade o Estado de bem-estar social é compreendido como aquilo que o neoliberalismo pretende impor limites, propondo o fim da intervenção estatal quanto aos direitos sociais, visando à diminuição dos gastos em políticas sociais, do controle do capital sobre o trabalho e a precarização das condições de trabalho, cabendo ao Estado a preservação da liberdade individual e de mercado e da propriedade (SANTOS, 2008).

O discurso presente na sociedade e as políticas de governo, influenciadas pela mídia, apresentam uma súplica, quase que incessante, pela punição das camadas da população mais pauperizada, pois se reproduz a ideia de que os negros, os pobres e aqueles que estão fora do mercado formal de trabalho, representam uma ameaça à ordem social.

Lemos (2015) ao citar Marx (2003), salienta que as economias capitalistas, para manterem seu funcionamento, precisam ter à disposição um exército industrial de reserva, composto por uma gama de pessoas em idade economicamente ativa, que pode ser utilizada ou descartada de acordo com a necessidade do capital. Assim,

A utilização da reserva de força de trabalho em épocas de rápido desenvolvimento econômico impede que o processo de produção seja interrompido, comprometendo a circulação das mercadorias. Mas aqueles trabalhadores que vivem a situação de

desemprego ou subemprego são estigmatizados pela sociedade, pelo próprio modo de produção, e a eles serão conferidos signos de estigma, que denigrem a sua imagem (LEMOS, 2015, p. 64).

A autora também chama atenção para outro fator que incide, diretamente, no aumento do desemprego: o crescimento desordenado das cidades. O processo de industrialização representou uma alternativa- ou até mesmo uma saída- para melhorar a qualidade de vida da população que vivia no campo. Estes trabalhadores migram para as cidades, que são erguidas de forma segregacionistas e desordenadas, em busca de melhores empregos. Porém, a cidade acaba não assimilando esse contingente de pessoas, sendo negadas às mesmas, condições de moradia digna e de sobrevivência. Com isso, a população recém-chegada na cidade, desenvolve um processo próprio de urbanização, fazendo com que os territórios onde constroem suas casas, sejam chamados de “territórios de pobreza”, vistos como perigosos e que atormentariam as classes dominantes (LEMOS, 2015, p. 65).

As favelas, e o seu crescimento cada vez mais acelerado representava uma ameaça para as classes dominantes, pois os “territórios da pobreza” avançavam para os territórios da classe dominante. Na tentativa de conter essa expansão, no governo de Getúlio Vargas, por exemplo, existiu uma estratégia de remoção das favelas para parques proletários, fazendo de seu governo uma espécie de “Welfare State Produtivo”, onde a garantia de direitos sociais estava ligada ao vínculo formal e comprovado com o mercado de trabalho (LEMOS, 2015, p. 69).

Brisola (2012, p. 128) traz, ainda, que as formas de enfrentamento das crises do capital atingem os trabalhadores e os “segmentos sociais inseridos subalterna e precariamente no mercado de trabalho, seja pelo desemprego e avanço do trabalho em condições extremamente precarizadas, seja pela escalada da violência e da criminalização daqueles indivíduos não funcionais ao capital”. A autora ainda ressalta que na lógica da criminalização, os jovens pobres e negros, a população de rua e os movimentos sociais são alvos preferenciais (2012, p. 129).

Citando Barros (2008, p. 144), a autora salienta que,

Na perspectiva do estigma e da criminalização, “os jovens pobres têm sido alvo de ações muito repressivas e de extrema visibilidade midiática, quando cometem algum tipo de violência, em detrimento das situações das quais são vítimas” (BRISOLA, 2012, p. 137).

Assim, conforme Alves (2013, p.05), criminalizar a classe trabalhadora, principalmente aquelas camadas mais pauperizadas, vem sendo a estratégia utilizada pelo

Estado para dissimular a falta de ações que, de fato, combateriam a violência institucionalizada na sociedade brasileira.

Citando Ianni (2004), a referida autora sinalizará que,

[As elites e o Estado] parecem utilizar a generalização da violência e do medo como técnicas de criminalização da sociedade civil, o que ajuda a manter e fortalecer os aparelhos de repressão e de intimidação generalizada de amplos setores sociais; precisamente os setores empenhados em construir formas alternativas de hegemonia (IANNI, 2004, p. 209 *apud* ALVES, 2013, p. 50).

Com o aumento do desemprego e, conseqüentemente, o crescimento da pobreza, a elite se sente cada vez mais ameaçada e intensifica o clamor pela intensificação de medidas de segurança, reforçando o policiamento ostensivo. “Mas a preocupação com o crescimento da criminalidade violenta reflete, apenas, a preocupação em reprimir os delitos cometidos pelas “classes perigosas” (LEMOS, 2015, p. 70)

Conforme ressaltam Netto e Braz (2006, p. 156), a história do capitalismo é uma história de crises econômicas: em pouco mais de um século, o modo de produção capitalista mostrou-se bastante instável, apresentando grandes períodos de depressões, falências, e que atingiram diretamente os trabalhadores, no corte e na eliminação dos seus postos de trabalho. Segundo os autores, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, surgiram instituições que visavam minimizar os efeitos das crises, porém, durante toda a passagem do século XX para o século XXI, o capitalismo continuou apresentando crises em seu desenvolvimento, aprontando para o “caráter ineliminável das crises no Modo de Produção Capitalista” (NETTO; BRAZ, 2006, pp. 156-157).

Citando Marx (1980, II: 939 *apud* NETTO; BRAZ, 2006, p. 158), ou autores dizem que a crise é “a fase de estorvo e interrupção do processo de acumulação”. Como as crises no capitalismo são crises cíclicas, nelas ocorrem o que é chamado de ciclo econômico e que possui quatro fases: 1) a crise, que pode ser acionada por motivos econômicos ou políticos, onde as mercadorias não se vendem, ocorre a diminuição da produção, empresas quebram, resultando na generalização do desemprego; 2) a depressão, quando os salários não aumentam, a produção continua paralisada e as mercadorias, quando não destruídas, são vendidas a um preço baixíssimo; 3) a retomada (ou reanimação), que é o período que ocorre a absorção dos equipamentos e instalações de algumas empresas por outras, e 4) o auge (boom), em que a concorrência estimula o investimento nas empresas, a abertura de novas frentes de produção, tornando-a ampliada, e assim, há um escoamento maior de mercadorias, até que um novo ciclo recessivo começa (NETTO; BRAZ, 2006).

Os ciclos de crises no Modo de Produção Capitalista (MPC) afetam a todos os sujeitos, porém, evidentemente, os impactos ocorrem de formas diferentes: os trabalhadores sofrem as consequências de forma mais expressiva que os detentores do capital. A respeito das causas mais determinantes para as crises no MPC, Netto e Braz (2006, p. 161) relacionam as seguintes:

- a) Anarquia da produção: a produção capitalista não obedece nenhum planejamento ou controle global: o mercado é inundado por mercadorias cuja destinação é incerta.
- b) A queda da taxa de lucro.
- c) O subconsumo das massas trabalhadoras: enquanto os capitalistas inundam o mercado com as suas mercadorias, a capacidade de consumir dos contingentes trabalhadores permanece limitada.

Porém, como o MPC se configura como um processo de intensa contraditoriedade, do mesmo modo as crises que dele (e nele) resultam, também são contraditórias: “de uma parte, trazem à luz as contradições do MPC; de outro, criam as condições para uma reanimação e um novo auge, isto é, para um novo ciclo. [...] As crises são funcionais ao MPC” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 162).

Outro aspecto importante a ser mencionado é o da globalização e a inserção de novas tecnologias no combate às crises e à competitividade presente no MPC. Na década de 1980, o Brasil, devido à recessão econômica, lança-se no mercado externo e vivencia o processo de reestruturação produtiva, aderindo a métodos de acumulação flexíveis que afetará diretamente a classe trabalhadora, pois a alternativa, na maioria das vezes, é a demissão dos trabalhadores e a destituição de direitos (MONTEIRO et al, 2005).

Esse quadro de transformações na produção e no mercado alastra-se por todo o País a partir da década de 1990, com a contrarreforma do Estado, pela via do neoliberalismo. Conforme Carinhato (2008, pp. 38-39), a ideia proposta pelo neoliberalismo, baseia-se em um liberalismo econômico, que prega a concorrência e a livre iniciativa privada, que rechaça supostamente a intervenção do Estado na economia. No Brasil, o projeto neoliberal foi introduzido a partir do governo Collor, mas ganhou mais solidez com a eleição de Fernando Henrique Cardoso e a implementação do Plano Real.

Outro elemento importante para a consolidação e avanço das políticas neoliberais foi o Consenso de Washington². Caracterizado como uma “cartilha” formulada segundo os interesses dos países capitalistas centrais que possuía regras que definiam as ações que os

² Leia mais em:

<<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>

países periféricos adotariam para adequar-se aos padrões exigidos pelos países de capitalismo central (MONTEIRO et al, 2005). Adotando o projeto neoliberal, atribui-se ao sujeito a responsabilidade de suprir as suas necessidades, atribuindo um caráter privado para a “questão social”.

Sendo assim, o neoliberalismo provoca um desmonte dos direitos sociais conquistados, onde o desemprego, o trabalho precário, diminuição de salários, entre outros fatores, afetam a vida do trabalhador diariamente.

Com a forte pressão por parte dos empregadores, e com o medo de perder seus empregos, os trabalhadores são influenciados pela ideia de que devem dar o melhor de si para o pleno funcionamento da empresa, e medidas para o aumento da lucratividade são tomadas, intensificando a exploração da força de trabalho (MONTEIRO et al, 2005).

Ao mesmo tempo em que modifica o mundo do trabalho, intensifica a sua exploração de diversas formas, acentuando a precarização nos postos de trabalho, a insalubridade, as péssimas remunerações, que resultam nas péssimas condições de sobrevivência dos trabalhadores. Um exemplo disto, é a terceirização, que enfraquece as taxas de sindicalização, o que pode dificultar a tomada de consciência da classe trabalhadora, resultando, em contrapartida, no fortalecimento da flexibilização dos direitos conquistados. A isso, acrescentam-se as políticas macroeconômicas que ao reforçar a imposição do crescimento econômico aos países periféricos, agrava o quadro de desemprego. Sendo assim, à medida que se avança o neoliberalismo, vinculado a reestruturação produtiva, apresenta-se um “quadro alarmante de desempregados, cujas consequências atingiram dimensões negativas para os proletários enquanto indivíduos e como classe, vulnerabilizando-os” (CAVALCANTE; PRÉDES, 2010, p. 07).

Portanto, conforme salienta Netto e Braz (2006, p. 166), ‘ ‘a solução reside em substituir o modo de produção capitalista por uma organização superior e mais avançada da vida econômica, mediante um protagonismo político dos trabalhadores que dirija um processo de transição socialista.

1.2. Questão social e prisão

Na sociabilidade capitalista, o sistema prisional serve como um aparato de legitimação e controle da ordem social burguesa vigente. Com o intuito de punir a exclusão social, o desemprego em massa e todos os problemas sociais provenientes do enxugamento do

Estado de bem-estar social, é utilizada a estratégia de criminalização das classes consideradas potencialmente “perigosas”.

Como ressalta Lemos (2015), as ações violentas empregadas pelo Estado a fim de manter a ordem social e combater a violência, estão longe de serem eficientes, e sim, vazias de qualquer caráter social. Para preservação da ordem, o Estado utiliza seu braço coercitivo, a polícia, onde seus agentes encontram-se despreparados e mal remunerados, e para controle social a prisão, instituição em completo colapso, mas que serve perfeitamente para aprisionamento das camadas mais pauperizadas da sociedade.

Segundo Wacquant (2003 apud ARGUELLO, 2005), as duas principais modalidades de política de criminalização que, nos Estados Unidos, substituíram progressivamente, nas últimas três décadas, um *semi* Estado-providência por um Estado policial foram: a) os dispositivos do *workfare*³, que transforma os serviços sociais em instrumento de vigilância e controle das classes consideradas “perigosas” – condicionam o acesso à assistência social à adoção de certas normas de conduta (sexual, familiar, educativa, etc.), e o beneficiário do programa deve se submeter a qualquer emprego (não importa a remuneração nem as condições de trabalho); e b) a adoção de uma política de “contenção repressiva” dos pobres, por meio do encarceramento em massa.

Assim sendo,

Esse paradigma de “intervencionismo estatal”, paradoxalmente liberal e repressivo, tem sido amplamente disseminado no planeta. Na Europa e na América Latina, os políticos já se prontificam à importação das técnicas agressivas de segurança dos Estados Unidos, entre elas a da “tolerância zero” como panacéia para o problema da violência criminal (ARGUELLO, 2005, p. 07).

Com base nisso, é possível inferir que o aumento da população carcerária, não se dá devido ao aumento da criminalidade, mas sim à mudança de atitude dos poderes públicos em relação aos setores pobres, considerados como núcleo irradiador da criminalidade, e aos quais se dirige a campanha “cívica” dos valores da “moralidade” e do “trabalho”, exatamente na mesma proporção em que a precarização deste e a contração das políticas sociais tornam a vida das classes populares ainda mais insuportável e caótica. A desregulamentação da economia e a destruição do Estado social, que produzem desigualdades sociais, exigem o fortalecimento do Estado penal para normalizar o trabalho precário (ARGUELLO, 2005).

³ Conforme Reishoffer e Bicalho (2015), o *workfare* é um modelo de assistência social no qual o indivíduo, para receber seu benefício, deve aceitar uma “coação tanto política quanto econômica, inserindo-se em uma atividade considerada de “segunda categoria” e rejeitada pelos sujeitos empregáveis” (REISHOFFER; BICALHO, 2015, p. 19).

Ou seja,

Hoje, a crise da tradicional ideologia legitimante do cárcere coincide com um período de retração do Estado social e de expulsão de um enorme contingente de trabalhadores para a economia informal. A rede de instituições carcerárias (prisões, colônias penitenciárias, etc.) tornou-se uma “alternativa ao emprego”, uma maneira de “utilizar” ou de “neutralizar” a “população inassimilável pelo mercado” (BAUMAN, 1999 *apud* ARGUELLO, 2005, p. 18).

Citando Wacquant (2003), Brisola (2012, p.131) salienta que a emergência do chamado Estado penal⁴, em detrimento do Estado social, situa-se no contexto da crise do capital, a qual afeta todas as instâncias da vida social.

Dentre as estratégias de enfrentamento de sua crise interna, o capital adota também a financeirização da economia no sentido da recuperação das taxas de lucro. Trata-se do processo de “globalização”, melhor dizendo, mundialização da economia, o qual, segundo análise de Yamamoto (2007), está ancorado nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia (BRISOLA, 2012, p. 133).

Segundo Lemos (2015, p. 73),

As ações empreendidas contra a criminalidade, pelo Estado atendem muito mais ao desejo de reparação da burguesia e a uma necessidade de autoafirmação do que enfrentam as causas que a determinam. É muito perverso reduzir a discussão sobre a criminalidade à questão da pobreza e reduzir suas formas de enfrentamento ao combate ao poder. É muito simples abarrotar as cadeias do país com o pobre, para que esse seja ainda mais estigmatizado pela sua história de vida.

O Estado ao atender as demandas do capital, reduz os gastos sociais e adota políticas focalizadoras e transfere a responsabilidade da prestação de serviços essenciais à sociedade civil. Sobre isto, Vianna (2015, p. 106) ressalta que, “viver em constante ausência de acesso aos direitos primordiais é algo que reativa a experiência de desamparo, o que pode levar o sujeito a regredir para posições impensáveis relativas a situações traumáticas a que fora submetido”.

Brisola (2012) ressalta que no Brasil o Estado social não se consolidou em sua plenitude, à medida que não se alcançou aqui o patamar do pleno emprego, e os padrões de proteção implementados, via de regra, voltaram-se aos trabalhadores vinculados ao mercado formal – o que nunca representou os trabalhadores em sua totalidade, havendo uma mudança com a Constituição Federal de 1988, onde a proteção social é fundada numa perspectiva de direitos, ainda que muitos direitos não sejam implementados.

Porém,

⁴ É necessário ressaltar ainda que neste trabalho se utilize as ideias e os trabalhos de Wacquant, discorda-se do entendimento do autor de que o *Estado Penal* é isolado do *Estado Social*. Na verdade, entende-se que as duas dimensões (Penal e Social) representam faces de um mesmo Estado.

Em razão da formação sócio-histórica, associada aos novos contornos da crise de acumulação do capital, a criminalização dos pobres e da pobreza no Brasil cai como uma luva, tendo em vista o não reconhecimento histórico da cidadania às camadas pobres. [...] No contexto da crise do capital, tal perspectiva se repõe em bases ainda mais perversas com a agudização da questão social (TELLES, 2001 *apud* BRISOLA, 2012, p. 136).

O Estado Penal se expressa, pelo menos de duas maneiras: no estigma e na criminalização (CASTRO, 2010, *apud* BRISOLA, 2012, p. 136). Sobre o estigma, este

é representado no próprio corpo – uma marca que significava algo que diferenciava o indivíduo, ou seja, um sinal para evitar contatos sociais. Contemporaneamente, segundo Goffman, a palavra estigma representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social (GOFFMAN, 1993, *apud* BRISOLA, 2012, p. 136).

Já o conceito de criminalização é explicado como o ato de imputar crime ou ato de tomar como crime a ação ou ações de determinados grupos sociais (FERREIRA, 1995, *apud* BRISOLA, 2012). Ainda, como bem sinaliza Brisola (2012, p. 143),

O Estado penal, além de criminalizar os jovens pobres e negros, dissemina o “medo ao outro”, ou seja, os efeitos deletérios da crise avançam sobre as relações sociais, produzindo desconfiança, ratificando desigualdades e diluindo as solidariedades.

É possível afirmar que o processo de expansão do Estado Penal se dá, basicamente sobre dois fatores: a utilização da mídia para produzir a intervenção nos estímulos e estados de consciência de variados segmentos sociais, procurando produzir juízos imediatistas sobre a escalada da violência e sobre quem seriam os responsáveis; e às formas como os setores dominantes fomentam sentimentos de medo, insegurança e desamparo, exigindo do Estado (capturado pelo capital) a contenção da violência e de seus supostos praticantes, quer dizer, um conjunto de ações/práticas que desde seu início anunciam a emergência do Estado penal (BRISOLA, 2012).

Graças à tenaz distorção de crime, pobreza e imigração veiculada pela mídia, bem como à constante confusão entre insegurança, e “sentimento de insegurança”, estas políticas são objeto não apenas de um consenso político sem precedentes, mas também desfrutam de um amplo apoio público que atravessa as fronteiras de classe (WACQUANT, 2007, p. 28).

A respeito do olhar sobre a questão da segurança, na sociedade capitalista, Wacquant (2007, p. 21), salienta que existem três estratégias de enfrentamento de condutas ameaçadoras e indesejáveis:

A primeira consiste em socializá-las, isto é, em agir no nível das estruturas e dos mecanismos coletivos que as produzem e as reproduzem. No que diz respeito, por exemplo, ao aumento persistente do número de pessoas visivelmente sem domicílio

fixo, que “sujam” a paisagem urbana, deve-se construir ou subvencionar alojamentos, ou ainda assegurar-lhes um emprego ou um rendimento que lhes permita encontrar um refúgio no mercado habitacional. Este caminho requer a (re) afirmação e a (re) construção das capacidades do Estado social em lidar com deslocamentos urbanos persistentes ou emergentes. A segunda estratégia é a medicalização, isto é, considerar que uma pessoa vive nas ruas porque sofre de dependência ao álcool, é viciada em drogas ou tem problemas de saúde mental e, portanto, procurar um remédio médico a um problema, apressadamente definido como uma patologia individual, que deve ser tratado por profissionais de saúde. A terceira estratégia do Estado é a penalização. Nesse contexto, não se trata de compreender uma situação de estresse individual nem de se contrapor às engrenagens sociais. A penalização serve aqui como uma técnica para a invisibilização dos “problemas” sociais que o Estado, não pode ou não se preocupa em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os dejetos humanos da sociedade de mercado.

Wacquant (2007, p. 31), ao analisar as formas de governo e, consequentemente, as maneiras encontradas para vencer as crises cíclicas da economia, afirma que o Estado keynesiano, que tinha como objetivo “contrapor-se aos ciclos recessivos da economia de mercado, proteger as populações mais vulneráveis e reduzir as desigualdades mais gritantes” foi substituído por um Estado que se pode chamar de neo-darwinista, que se baseia na competição, celebra a responsabilidade individual irrestrita e tem como contrapartida a irresponsabilidade coletiva e, portanto, política.

Este darwinismo de cara nova, que louva os “vencedores” pelo seu vigor e por sua inteligência, e fustiga os “perdedores” da “luta pela existência [econômica], apontando suas falhas de caráter e suas deficiências de comportamento, não encontra seu modelo na natureza. É o mercado que lhe fornece sua metáfora- mestra e o mecanismo de seleção que supostamente assegura a “sobrevivência do mais apto (2007, p. 32).

Sendo o aumento da violência e da criminalidade um problema e questão de segurança pública e de âmbito social, é dever do Estado, construir uma política de segurança pública com princípios que valorizem a lógica do direito social, respeitando a condição de cidadão daqueles que estão em aprisionamento.

1.3 A intensificação da criminalização das resistências

O processo de lutas das classes mais pauperizadas frente às frequentes formas de violência institucionalizada na sociedade brasileira é alvo de intensa criminalização por parte do Estado que, por vezes, utiliza de seu braço repressor para responder as demandas e lutas dos movimentos sociais.

Lutar pela garantia e ampliação de direitos, hoje, no entendimento de um Estado que se mantém inerte para as demandas populares, é sinônimo de rebeldia, e por consequência deve ser encarado como um crime, passível de repressão e punição. Punir tem sido a forma

encontrada pelo Estado de tentar calar as vozes vindas dos movimentos de lutas populares, com a intenção de esconder o caos e a barbárie enraizados numa sociabilidade que a cada dia fragmenta os direitos, individualizando as causas dos ‘problemas’ dos sujeitos e deixando a cargo de entidades privadas ou de assistencialismo a atenção aos sujeitos sociais, com a desculpa da defesa da responsabilidade social.

Essa situação de violência contra os manifestantes se torna cada vez mais rotineiras. Atos em repúdio ao desmantelamento de direitos sociais são palcos de intensas ações arbitrárias por parte da polícia, que utiliza, com a legitimação do Estado, formas cada vez mais violentas que mais se assemelham a um cenário de guerra e tortura.

Um relatório, publicado no site da Anistia Internacional⁵, em outubro de 2013, sobre os protestos populares brasileiros, ilustra bem essa situação. Segundo o relatório, o Estado tem buscado por diferentes tipos penais com a intenção de tentar inibir a ação dos manifestantes e criminalizar o movimento de lutas.

Leis penais foram propostas, como forma de conter as contestações que surgiram – e surgem – nas ruas. O Projeto de Lei nº 508/2013, que se encontra em tramitação no Senado Federal, por exemplo, tenta tipificar o crime de ‘vandalismo’, como a

Presença em atos de vandalismo, tendo em seu poder objetos, substâncias ou artefatos de destruição ou de provocação de incêndio ou qualquer tipo de arma (porrete, bastão, barra de ferro, sinalizador, rojão, substância inflamável ou qualquer outro objeto que possa causar destruição ou lesa), incorrendo nas mesmas penas aquele que idealiza, coordena, estimula a participação, convoca ou arregimenta participantes para fins de atos de vandalismo, mediante distribuição de folhetos, avisos ou mensagens, pelos meios de comunicação, inclusive pela internet, com pena de quatro a doze anos de reclusão, inicialmente em regime fechado, além de multa.

Sobre a criminalização do porte de alguns objetos, inclusive produtos de limpeza e uso domésticos, é fácil lembrar-se da prisão de Rafael Braga⁶, durante as manifestações de junho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro. Rafael, morador da favela Vila Cruzeiro, na Penha (RJ), negro e que, para ajudar a família, catava latinha, foi preso acusado de portar ‘material explosivo’ quando, na verdade, levava consigo uma garrafa de água sanitária e outra de desinfetante. Sem que houvesse nenhum envolvimento com a manifestação, Rafael foi preso por um crime que não cometeu. Ativistas, indignados pela prisão do jovem de 29

⁵ Leia o relatório em: <<https://anistia.org.br/noticias/criminalizacao-dos-protestos-e-violencia-policial-brasil-ameacam-principios-fundamentais-estado-democratico-de-direito/>>

⁶ Mais informações sobre o caso estão no site: <<http://www.ceert.org.br/noticias/violencia-seguranca/14700/mobilizacao-pela-liberdade-de-rafael-braga-ganha-seis-paises-alem-do-brasil>>

anos, criaram a Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga, que já alcança proporções internacionais.

Durante os protestos de 2013 e 2014, diversos manifestantes foram acusados de formação de quadrilha, crime este tipificado no Código Penal Brasileiro e que sofreu alterações pela Lei 12. 850/2013, que regulamenta e define Organização Criminosa e suas formas de investigação e procedimento criminal. Segundo o art. 2º desta Lei, organização criminosa é *a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional, cuja pena é de três a oito anos de reclusão e multa.*

Além disso, existe uma tentativa de controlar os corpos dos manifestantes, com a proibição de uso de máscaras e outros objetos em manifestações. Como exemplo dessas proibições, existe o Projeto de Lei nº 50/2014⁷, do estado de São Paulo e a Lei nº 6.528/2013⁸ do Rio de Janeiro, que estabeleceram condições e limitaram o direito de reunião, vinculando sua tutela à polícia (ROMÃO, 2016, p. 72).

Em março de 2016, a então presidente Dilma Rousseff, sancionou, com oito vetos, a chamada Lei Antiterrorismo. A Lei 13.260/2016 classifica como terrorismo a prática de atos *cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.*

Os vetos de Dilma Rousseff se referiam sobre as tipificações de atos como apologia, pois segundo o Governo consiste em um conceito muito amplo, pena alta e que podem interferir no exercício do direito à liberdade de expressão; aumento da pena por danos ao meio ambiente, que já possui legislação específica, além do cumprimento da pena em estabelecimento de segurança máxima, que segundo a então presidente, determinar o estabelecimento para o cumprimento da pena, desconsidera o grau de culpa, os antecedentes e outras condições e fatores subjetivos dos sujeitos, o que violaria o princípio da individualização da pena (SENADO, 2016).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) se manifesta contrário a essas formas de criminalização dos movimentos sociais, pois acredita que ‘a criminalização

⁷ Projeto de Lei 50/2014 : <<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1188705>>

⁸ Leia mais sobre a Lei em:
<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/4734bd1980be7a2003256b2a0061e644/95394833846e60a583257be5005ec84a?OpenDocument>>

desvirtua o real sentido da ação política em defesa dos interesses das classes trabalhadoras, acusando-as de práticas terroristas” (CFESS, 2010).

Segundo o referido Conselho (2010), o Estado ao defender os interesses das classes dominantes com o apoio dos meios de comunicação, mascara a prática da violência pelo discurso da segurança pública, criminalizando, estigmatizando e restringindo as lutas populares. Assim, é necessário que as/ os assistentes sociais tenham uma “atitude crítica” frente à realidade, um compromisso ético e façam das “contradições um movimento que expresse a renovada capacidade de resistir presente na profissão”. Também reforça a atitude de indignação e formulação de respostas competentes segundo o projeto profissional (CFESS, 2009).

1.4 Encarceramento no capitalismo contemporâneo

Sobre os direitos dos apenados, a Lei de Execução Penal (lei federal nº7.210, de 11 de julho de 1984) traz um rol de especificações que devem ser atendidas e providenciadas pelo Estado, em consonância com a Constituição Federal de 1999, respeitando sempre o princípio da dignidade humana.

Além dos direitos e deveres dos apenados, a Constituição Federal traz incisos que dizem respeito às garantias individuais. Em seu art. 5º é possível encontrar o princípio da isonomia entre homens e mulheres; o princípio de legalidade; a terminante proibição da tortura e dos maus-tratos (tratamento desumano ou degradante); a garantia da assistência religiosa; a garantia de que não será discriminado por preconceito racial; a garantia de que a pena não passará da pessoa do condenado, entre outros. (BARBOSA, 2007 p. 06)

Porém, a Exposição de Motivos da Lei de Execução Penal (LEP), no seu item nº100, como bem sinaliza Vitor Gonçalves Machado (2009, p. 109), na década de 1980, já chamava a atenção para a situação da precariedade no sistema de confinamento no país. O referido documento denomina as cadeias públicas como “ambientes de estufa” e “sementeiras de reincidências”, onde numa mesma cela, estão confinados desde pessoas que são consideradas altamente perigosas, até os presos provisórios. Desta forma, é possível verificar que a integridade física e moral do sentenciado não estão sendo respeitadas e muito menos problematizadas, entre Governo, juristas, trabalhadores da área e parte da população.

A falta de qualificação profissional, atrelada ao desvirtuamento da conduta ética de alguns trabalhadores do sistema prisional, onde essas posturas vão contribuir para a existência de conflitos e revolta da população carcerária, são outros elementos que comprovam a

deteriorização do sistema carcerário brasileiro. É preciso salientar, também, que o quadro de profissionais é considerado insuficiente, além da inexistência de uma política de valorização dos mesmos, onde os servidores penitenciários se defrontam com condições de trabalho insalubres e precárias.

De acordo com André Luiz Augusto da Silva (2014, p. 70),

apesar do curso de formação de agentes penitenciários apresentar em seu escopo disciplinas que realizam um debate entre as ditas ciências humanas, é nítida na proposta a direção policial empregada na formação, desde os próprios facilitadores ao ministrarem conteúdos até a legitimação de competências que a gestão imprime aos processos de trabalho, com forte veio para as ações operacionais de segurança.

Além da precariedade da estrutura física do sistema carcerário, existem inúmeras denúncias de agressões e torturas dentro das prisões.

Vianna (2015, p. 108) ao analisar a situação de encarceramento e seus efeitos sobre os apenados traz que,

Esses sujeitos, uma vez encarcerados, são incluídos no sistema prisional de forma alienada, funcionando como presas fáceis a fim de assumir a potencialidade criminosa, ou seja, eles são revestidos do estigma de bandido, submissos às determinações do sistema prisional, espaço que, por conta de suas condições precárias, não oferece, minimamente, as possibilidades de uma reinserção social, salvo raríssimas exceções. No âmbito das relações sociais, o egresso do sistema penitenciário é visto como um bandido em potencial. Isso mina quase todas as possibilidades de ascensão social, não só para o egresso como também para seus parentes.

Para o autor, “o aprisionamento não só representa a restrição do direito à liberdade, mas, sobretudo, corresponde a uma transformação subjetiva radical, de adestramento com docilização e, obviamente, a uma produção de homens submissos, obedientes e moldados, segundo critérios das políticas: criminal, penitenciária e jurídica” (VIANNA, 2015, p. 110).

Wacquant (2007, p. 16) afirma que “no plano mais baixo da escala social, o encarceramento serve para neutralizar e estocar fisicamente as frações excedentes da classe operária”.

Para o autor, o erro se configura em afirmar que aprisionar é o caminho mais eficaz de restaurar a ordem na cidade, ou “senão o único meio de garantir a “segurança” pública, e que não dispomos de nenhuma alternativa para conter os problemas sociais e mentais provocados pela fragmentação do trabalho assalariado e pela polarização do espaço urbano”(WACQUANT, 2007, p.22).

Segundo Wacquant (2007, p.33),

na era pós- keynesiana do *emprego inseguro*, a renovada utilidade do aparelho penal apresenta-se de três formas: ela se dedica a dobrar as frações da classe operária que reagem a disciplina do novo e fragmentado assalariamento dos serviços, ao

umentar o custo das estratégias de fuga na economia informal da rua, neutraliza e armazena seus elementos mais desagregadores ou tornados totalmente supérfluos pela recomposição da demanda de força de trabalho; e reafirma a autoridade do Estado na vida cotidiana, no domínio restrito ao qual tem acesso a partir de então. A canonização do “direito à segurança”, correlata ao abandono do “direito ao emprego” sob sua antiga forma e ao interesse e aos meios ampliados garantidos para a imposição da ordem, vem, com efeito, no momento exato, preencher o déficit de legitimidade sofrido por aqueles que decidem as políticas, devido exatamente ao fato de que eles abjuraram as missões confiadas ao Estado na frente econômica e social.

O processo de criminalização da pobreza e da “questão social”, segundo Wacquant (2007, p. 111-113), funciona de acordo com duas modalidades: *reorganizar os serviços sociais em instrumento de vigilância* e controle das categorias indóceis à nova ordem econômica e moral, e o *recurso maciço e sistemático à prisão*.

Para ele, o encarceramento serve, antes de tudo, para regular, se não perpetuar, a pobreza e para “armazenar os dejetos humanos do mercado”. (2007, p. 127)

Desta forma,

Servir-se da prisão como um *aspirador social* para limpar as escórias/ detritos produzidos pelas transformações econômicas em curso e remover os rejeitos da sociedade de mercado do espaço público- delinquentes ocasionais, desempregados, toxicômanos, pessoas sem-teto e imigrantes sem documentos, deficientes e doentes mentais deixados de lado por conta da displicência da rede de proteção de saúde e social, bem como jovens de origem popular, condenados a uma vida feita de empregos marginais e de pequenos ilícitos pela normalização do trabalho assalariado precário- é uma aberração no sentido estrito do termo, um “afastamento/desvio/falta de imaginação” e um “erro de julgamento” político e penal (WACQUANT, 2007, p. 455).

Também deve ser levado em consideração, na discussão sobre o encarceramento na atualidade o genocídio da população negra e a seletividade do sistema penal brasileiro.

Segundo o Mapa da Violência (WASELFSZ, 2014), o número de vítimas de homicídio, entre os brancos, diminuiu de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012 (uma queda 24,8%), enquanto entre os negros, as vítimas aumentaram de 29.656 para 41.127 no mesmo período (crescimento de 38,7%).

Conforme o Atlas da Violência (2016), produzido pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 10 homicídios ocorridos no país, 7 são de negros. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2015, afirma que a cada três horas uma pessoa é morta pela polícia, o que representa um total de 3.009 mortes. Ricardo Cesar Costa (2009) também corrobora com estas afirmações ao salientar que a população negra é a principal vítima da violência no Brasil.

Além disso, o processo de criminalização da população negra vem assolando a sociedade brasileira. Segundo dados do Infopen (2014), o perfil da população prisional do

país é jovem (55,07% têm até 29 anos) e de maioria negra (61,67%), sendo que esse número pode ser ainda maior levando em consideração que são os gestores das unidades prisionais que respondem os estudos desse tipo, e não os próprios presos.

Todo esse cenário de violência e extermínio da população negra, é fruto da discriminação e desigualdade racial vivenciada pela sociedade brasileira. É imprescindível que medidas mais eficazes em busca da erradicação do racismo, ainda fortemente presente na sociedade, assim como políticas públicas para a promoção da igualdade racial, sejam incluídas na agenda público-estatal.

CAPÍTULO 2

Características históricas da prisão

2.1 História das prisões

Na Antiguidade, a prisão tinha como função a preservação dos presos até a execução, tendo como finalidade a custódia e contenção. Como o que se visava era a conservação do réu até o julgamento ou execução, não havia um local específico para o cárcere, podendo os presos serem acomodados em lugares dos mais variados. Os objetivos das prisões, conforme Foucault (1977), era o de disciplinar e de controlar, seja o espaço, os horários e qualquer possibilidade de expressão livre do ser.

Assim, durante muito tempo a prisão serviu como um meio de conservação do corpo do réu, que após cometer algum ato contra a moral, a ética e a religião, aguardava a consumação de sua pena, no caso a sua execução.

A prisão era a “sala de espera” dos suplicios, fundamentalmente usada para custódia, para evitar que os acusados escapassem ao castigo, para garantir que os devedores saldassem suas dívidas ou que os condenados a trabalhos forçados não escapassem de seu castigo (BITENCOURT, 2011, p. 28 *apud* Reishoffer; Bicalho 2015, p. 13).

O chamado tempo ocioso era severamente repreendido, pois, no sistema carcerário, o ócio significava a não remissão. Entendia-se que os encarcerados ao praticarem o ócio não alcançariam o perdão por suas “falhas”. A Idade Média foi marcada pelo uso desenfreado da pena de morte, com intuito de gerar medo coletivo e os únicos que eram poupados eram a nobreza e o clero.

A prisão era desenvolvida em concordância com o desenvolvimento econômico, cultural e social das cidades ocidentais (CARDOSO, 2006, *apud* ARRUDA, 2007). Assim, houve um aumento da criminalidade em decorrência do desenvolvimento propiciado pela industrialização, que acarretou, simultaneamente, um aumento da pauperização da classe operária. Sendo assim,

A violência e acumulação estão intrinsecamente ligadas, constituindo uma relação de poder sobre a população marginal ao processo econômico, onde a disciplina capitalista tem a prisão por instrumento de excelência, punir, guardar, assistir, disciplinar encaminhar à forca ou ao trabalho forçado são mecanismos de repressão, no âmbito das relações de poder, através dos quais exercem-se a coerção da vadiagem e mendicância daqueles que são excluídos do processo de produção (MARX, 1983 *apud* CAIXETA p. 09).

Após o período da Idade Média, nos séculos XVII e XVIII, manifesta-se uma nova fase do Direito Penal, chamada de humanitária, que teve como cerne o iluminismo. Surge a Escola Clássica, que considerava o crime uma infração e também uma entidade jurídica. Tinha como base o uso da razão, sendo as explicações sociais puramente racionais.

Com as Revoluções Liberais do século XVIII, a prisão como forma de controle da criminalidade passa a assumir características cada vez mais próprias. Segundo Foucault (1997 *apud* REISHOFFER; BICALHO, 2015), “podemos entender que a detenção como forma prioritária de punição segue em paralelo com transformações nas estratégias do poder de punir que, do século XVIII para o XIX, testemunharam a passagem das sociedades ditas de soberania para a sociedade disciplinar”. Com isso, tornou-se preciso criar uma forma de punir que fosse mais regular e que atingisse toda a sociedade. Os castigos destinados a provocar terror e exemplo, “desaparecem diante da exigência de uma universalidade punitiva concretizada nos sistema penitenciário” (FOUCAULT, 2012, p. 33 *apud* REISHOFFER; BICALHO, 2015, p. 14).

Em contraposição, surge, no século XIX, a Escola Positiva, que inicia um novo período, o período científico. Esta passa a explicar os fatos através da experimentação indutiva e utiliza o princípio da causalidade. O crime é visto como um fato humano que deve ser analisado em suas origens, para a explicação de sua ocorrência, sendo visto, então, como algo individual e não social.

O crime passa, então, da relação com a moral e a religião, para configurar-se como uma infração de uma lei estabelecida socialmente pelo Poder Legislativo da sociedade. Então, para que um determinado ato seja considerado crime, é necessário que haja uma lei e que esta lei tenha sido criada socialmente por meio do Legislativo.

A lei não deverá mais transcrever as leis naturais, religiosas ou morais, mas deverá representar o que é útil para a sociedade, tornando repreensível aquilo que deve ser julgado nocivo a ela. Se o crime não é algo aparentado como uma falta moral religiosa e é definido como repreensível por uma lei constituída, ele passa a ser entendido como um dano social, uma perturbação, um incômodo, a toda vontade da sociedade. Vontade, então, representada pela lei (REISHOFFER; BICALHO, 2015, p. 15).

Sendo assim, é considerado criminoso aquele que infringe a legislação estabelecida, e em consequência, é considerado nocivo, alguém que prejudica a sociedade e sua forma de organização. “As finalidades da lei penal irão concentrar-se, basicamente, em duas medidas: reparar o dano causado à sociedade e evitar que novos crimes sejam cometidos- portanto, funções retributivas e preventivas” (REISHOFFER; BICALHO, 2015, p. 15).

No Século XIX, ocorre o desenvolvimento das Penas de Reclusão de Liberdade com a criação da Casa de correção, transformadas em unidades de produção, devido às transformações econômicas da época. Nesse contexto, se fazia uso de mão-de-obra daqueles que estavam em encarceramento. Ainda deste século, é datado o surgimento das Workhouses, que eram lugares destinados aos pobres sem trabalho e que precisavam de ajuda do Estado e tinha o objetivo de conter a “vagabundagem”, funcionando como um alojamento prisional, sendo obrigatório exercer atividades laborais. As Workhouses são objetos das Leis dos Pobres (ARRUDA, 2007, p. 25).

A forma de punir presente no século XIX buscava a penalização individual e controle das formas de comportamento e atitudes dos indivíduos, antes de pensar a criminalidade e a violência de uma forma geral e social presente na sociedade.

Ocorre, no século XX, uma evolução sobre o debate da elaboração teórica sobre as prisões, fazendo surgir, então, a chamada “Ciência das Prisões”, que acarretou na origem da Pena Privativa de Liberdade. Com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, elaborada pelas Nações Unidas em 1948 a Ciência das Prisões avança no que diz respeito aos direitos dos presos e execução das penas. Este avanço foi propiciado pela luta pelos direitos humanos, que tem como base a dignidade humana e a cidadania, que são questões frequentemente obscurecidas no sistema penal, por este se tratar de um ambiente fiscalizador e disciplinador (ARRUDA, 2007).

Para que a prisão cumpra sua função, é necessário que se conheça o sujeito que pratica o ato criminoso. A punição não funcionará somente como simples aplicação da lei, mas como técnica corretiva que busca além de controlar, corrigir e conhecer as motivações dos indivíduos. “O lado “humanitário” do sistema prisional consistia em buscar a correção e reinserção do criminoso, afastando-se da pura vingança e retribuição violenta por parte do Estado”(REISHOFFER; BICALHO, 2015, p.17).

Para Wacquant (2006), as instituições que agiram para controlar os afro-americanos, são a escravidão; o sistema *Jim Crow*, com discriminação e segregação impostas por leis, do nascimento à morte; o *gueto*, que se caracteriza pela urbanização e proletarização conjunta; e a quarta seria um novo complexo institucional que é formado por remanescentes do gueto e pelo sistema carcerário.

Segundo o autor, a escravidão, o sistema Jim Crow e o gueto têm em comum o fato de que serviram de instrumento para a extração de trabalho e a marginalização de um determinado grupo, que é considerado inassimilável por causa do estigma que carrega.

Isso indica que a escravidão e o encarceramento em massa estão genealogicamente ligados e que não é possível entender este último – seu ritmo, composição e surgimento sem sobressaltos, assim como a ignorância ou a aceitação silenciosa de seus efeitos deletérios sobre aqueles a quem afeta – sem voltar à primeira como ponto de partida histórico e análogo funcional. (WACQUANT, 2006, p. 12)

Conforme sinaliza Silva (2014, p. 13), o cárcere alimenta a lógica da subalternidade e fundamenta a alienação do conceito de justiça para a satisfação da vingança. Assim sendo, existe uma efetivação do Estado Penal, que vai impor controle e opressão de segmentos historicamente explorados, ao passo que o cárcere e o processo de acumulação do capital, estão intrinsecamente ligados. O sistema punitivo passa a representar, cada vez mais, importante papel de legitimação e controle da ordem social.

Na lógica da penalidade neoliberal, cada vez mais crescente estratégia de segregação punitiva, conforme salienta Wacquant (2001, *apud* REISHOFFER; BICALHO, 2015), está intimamente ligada ao retrocesso e diminuição de políticas públicas e sociais.

Segundo Reishoffer e Bicalho (2015), o modelo capitalista neoliberal impõe novas relações de consumo e produção, além de programas de aumento da produtividade que flexibilizam e precarizam as relações de trabalho, produzindo um enfraquecimento dos direitos econômicos, sociais e culturais, com elevação do desemprego, do emprego informal e *workfare*.

A redução e o enxugamento do Estado social implicarão, diretamente, no aumento da função penal do Estado, principalmente sobre aquela parcela da população que antes, eram usuárias dos programas sociais- estritamente focalizados- do Estado. Como resultado do aumento do desemprego e da função penal estatal e da diminuição, por outro, dos serviços sociais, vê-se uma imensa parcela da sociedade compondo a classe dos ‘excluídos’. Porém, estes ‘excluídos’ estão completando incluídos na lógica capitalista:

E como alguns os querem mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de excluídos. Mas, ao contrario, eles estão lá, apertados, encarcerados, incluídos ate a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, não jamais suficientemente expulsos! Incluídos, e em descrédito (FORRESTER, 1997, p.15 *apud* REISHOFFER; BICALHO 2015, p. 19).

O Estado, ao direcionar suas ações em busca do fortalecimento da sua face penal, faz com que a população, que ao sofrer com processos cada vez mais intensos de discriminação e marginalização, acabe perdendo sua condição de cidadão, e, assim, seja alvo do controle penal, por questões raciais, de nacionalidade, de religiosidade, e não apenas econômica. Pois, o modelo econômico neoliberal, potencializa as formas de desigualdade social, evidenciando qualquer característica que possa os diferenciar socialmente.

Essas ações serão justificadas com as campanhas em defesa da luta contra a violência e criminalidade e a necessidade de restabelecer a ordem social. Para isso, serão objetos “determinadas categorias de ilegalidades cometidas em um setor bem definido dos espaços físico e social: basicamente crimes de ruas cometidos em bairros de classes desfavorecidas e segregadas das metrópoles” (WACQUANT, 2001, p. 10 *apud* REISHOFFER; BICALHO 2015, p.21).

Vincular a pobreza ao crime, conforme salienta os autores, não é estratégia específica de determinado governo, muito menos se limita a determinados espaços e territórios. Porém, não é difícil de imaginar que em países que convivem diariamente com as desigualdades, fruto do sistema capitalista, essa realidade seja ainda mais latente e cruel, como é o caso brasileiro, por exemplo.

De forma categórica, nossas questões sociais se tornam caso de polícia e os “inimigos” da ordem serão estes que ousam transpor as barreiras do consumo e estão continuamente expostos ao próprio controle e violência policial. Tal violência é inserida em nossa tradição nacional secular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que foram fortalecidos por duas décadas durante a ditadura militar, na qual a luta contra a “subversão interna” era disfarçada em repressão aos opositores do regime (WACQUANT, 2001, *apud* REISHOFFER; BICALHO 2015, p. 22).

Assim, conforme ressalta Reishoffer e Bicalho (2015, p. 21) “a intervenção penal será estratégia de administração e controle dessas massas pauperizadas e órfãs do Estado-providência”.

Perigosas porque pobres, por desafiarem as políticas de controle social no meio urbano e, deste modo, mobilizam os mais diferentes setores da sociedade, como a família, a escola, o trabalho e a polícia, que indicam e orientam como todos deveriam se comportar, trabalhar, viver e morrer [...] A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria- já que não pode ser mais escondida e / ou administrada- deve ser eliminada. Eliminação não por sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os ‘olhos, ouvidos e narizes’ das classes mais abastadas (BICALHO, 2005, p. 15, *apud* REISHOFFER; BICALHO 2015, p.23).

Para Bauman, “o confinamento é antes uma alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho ao qual se reintegrar” (BAUMAN, 1999, pp. 119-120 *apud* REISHOFFER; BICALHO 2015, p. 20).

No que diz respeito aos Direitos Humanos, a execução da pena passa a ser princípio da reabilitação social. O Estado tem a responsabilidade de prevenir o delito e evitar a reincidência, preparando o indivíduo para o retorno à sociedade. Nesse contexto, foi aprovada a Lei nº 3.274/1957, sobre as “Regras Gerais do Regime Penitenciário” e divulgada as

“Regras Mínimas para Tratamento dos Presos” da ONU/1955, cuja abordagem em relação ao indivíduo encarcerado passa a ser mais digna, e o apenado passa a ser visto como um sujeito de direitos, um cidadão que possui seus direitos civis cerceados, mas um cidadão.

Os sistemas prisionais são constituídos de instrumentos legais que buscam uma associação entre pena e ressocialização.

A ressocialização é o programa social vigente para a inclusão social da população carcerária. Dentro desse programa, o paradigma ressocializador tem procurado apresentar a visão de que não aceita a punição pura e simples do condenado, antes deve orientar tal punição para um fim útil (SILVA, 2014, p. 14).

No processo de ‘tratamento dos prisionais’, com vista a *reabilitar* e *ressocializar* os apenados, o trabalho se configura como elemento central. Então, existe uma profunda ligação entre o sistema prisional e o processo de acumulação e afirmação do capital. Pois,

A prisão moderna, dessa maneira, realiza papel fundamental de controle, participando decisivamente no processo de exploração do trabalho, que, ao ser realizado no cárcere, ainda mais é aviltado se comparado ao trabalho explorado extramuros, pois apresenta o adendo da opressão (SILVA, 2014, p. 13).

Ou ainda,

O sistema prisional, então, estabelece-se sobre um domínio ideológico de punição humanitária e pelo fetiche da igualdade na Lei, sem a devida orientação histórica que averigua a mediação de classe e as relações que se fundam sobre o conceito do mercado e da propriedade privada (SILVA, 2014, p. 13).

O trabalho realizado dentro dos presídios, e proposto pela política de ressocialização, se configura como mais uma forma de punição e restrição de direitos, pois, os direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora, expressos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), não existem para os apenados, ficando os mesmos sem nenhuma proteção no que diz respeito às leis trabalhistas e os direitos sociais referentes ao trabalho.

Souza (2015) chama a atenção para a lógica da doutrina pelo trabalho, presente na sociedade capitalista, que é incorporada, também, dentro das instituições penais. Sobre isso, o autor faz referência a Foucault (2003), ao defender que ‘o modelo de controle disciplinar, sobretudo no cárcere, apresenta o controle feito pela Instituição no sentido de auxiliar as fábricas a produzirem mão-de-obra qualificada. Dessa forma, a disciplina é utilizada como forma de coerção para a produção de sujeitos dóceis e úteis; a força de trabalho precisa ser controlada em benefício do capital’ (SOUZA, 2015, p. 32).

Silva (2014, p. 16) salienta que o sentido da estrutura do cárcere, nos tempos atuais, é o de corroborar e participar na ação de exploração efetivada pelo modo de produção burguês.

Assim,

É importante notar que o processo de aprisionamento possibilita ao sistema capitalista um sustentáculo singular, que, se por um lado permite um expressivo desenvolvimento de mercado, pois basta notarmos a estrutura que incorpora o sistema de direito, por outro lado, mostra que, muito além do mercado, ocorre uma composição importante para assegurar a ampliação e dominação do capital (SILVA, 2014, p. 17).

Portanto, é preciso compreender que as normas, ao serem descumpridas ocasionam o aprisionamento, visam à proteção dos bens jurídicos, principalmente à propriedade privada, mantendo, assim, a burguesia no poder e o restante da população em seus lugares de subalternidade (SILVA, 2014, p. 59).

Goffman (1974, p.11) trabalha com o termo ‘ ‘instituição total’’, e sua caracterização ‘ ‘se dá pela barreira à relação social e proibições à saída ao mundo externo, como uso de paredes altas, arame farpado, ou outros impedimentos de esquema físico’’. Essas instituições se diferem da disposição básica da sociedade, onde os indivíduos dormem, trabalham e brincam em lugares diferentes, e nas instituições totais, essas atividades são desempenhadas ao lado de diversas pessoas e os horários estabelecidos são impostos de cima, por um sistema de regras e são planejadas para atender aos objetivos oficiais da instituição.

Segundo o autor, dependendo da quantidade de tempo em que um internado fica em uma instituição total, pode ocorrer um processo de ‘ ‘desculturamento’’, ou ‘ ‘destreinamento’’, o que o torna incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária. Então, as instituições totais criam e mantêm um tipo de tensão entre o mundo familiar e pessoal do internado, e o mundo institucional, e essa tensão é usada como estratégia para controle dos mesmos.

Dentro das instituições totais, ocorre um processo de mortificação do eu, onde ocorrem diversas humilhações, e quando o mesmo dá uma ‘ ‘resposta defensiva’’, esta é tida como alvo para um ataque seguinte. A primeira forma de mortificação do eu é a barreira entre o mundo externo que é imposto aos internados. O impedimento às visitas dos familiares e às saídas ao ‘ ‘mundo externo’’, pode se configurar em um exemplo disso. A descoberta da perda de alguns papéis, pelos internados, também leva a processos de perda e mortificação do eu.

Goffman (1974) também divide essas instituições em 5 grupos: as criadas para cuidar de pessoas, consideradas inofensivas e incapazes (casa para cegos, velhos, órfãos e indigentes); as que são destinadas a cuidar de pessoas que são consideradas incapazes de

cuidar de si mesmas e também são uma ameaça à comunidade (sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários); as organizadas para proteger a comunidade contra perigosos intencionais, não importando o bem estar das pessoas isoladas (cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração); as instituições que possuem a intenção de realizar alguma tarefa de trabalho, de modo mais organizado (quartéis, navios, escalas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões), e aquelas destinadas a oferecer refúgio do mundo, mesmo que muitas vezes, sirvam também como locais de instrução para os religiosos (abadias, mosteiros, conventos).

O autor sinaliza que apesar de haver planos para a saída das instituições totais, alguns internados se sentem angustiados e com medo, e se questionam se podem sair bem no mundo externo e se haverá uma readaptação, após as regras e limitações impostas pelas instituições totais.

Wacquant, ao caracterizar as prisões, diz que:

A prisão apresenta a particularidade de ser uma bomba social que regurgita: quase todos aqueles que são “sugados” por ela são eventualmente “expelidos” de volta para a sociedade. Mas a prisão devolve à sociedade indivíduos ainda mais propensos a cometer delitos e crimes, em razão do corte sócio-biográfico que a reclusão opera, das carências dos programas de reabilitação e de “reinserção” durante e depois do internamento e do cortejo de interdições, incapacidades e outras tantas desvantagens derivadas do fato de se ter uma ficha na polícia”. (WACQUANT, 2007, p. 462)

Wacquant, quando define os guetos como “um dispositivo sócio-espacial que permite a um grupo estatutário dominante num quadro urbano, ostracizar e explorar, simultaneamente, um grupo subordinado, portador de um capital simbólico negativo”, e “que funcionam a partir de quatro elementos: estigma, coação, confinamento territorial e segregação institucional” (WACQUANT, 2007, p. 344), afirma que as prisões operam e se compõem da mesma maneira. Sendo assim,

O gueto opera à maneira de uma prisão etno-racial: coloca na gaiola, digamos assim, uma categoria desprovida de honra e reduz severamente as oportunidades de vida de seus membros (WACQUANT, 2007, p. 345).

O intenso processo de precarização dos programas assistenciais, a ação cada vez mais fiscalizadora do Estado, e o caráter focalizador dessas políticas, representa para Wacquant não uma reforma dos serviços sociais, mas “uma medida contrarrevolucionária, uma vez que consistia, na *abolição do direito a assistência* para as crianças mais necessitadas e o substituí

pela *obrigação ao assalariamento desqualificado e subremunerado* para suas mães no curto prazo” (WACQUANT, 2007, p. 147).

A “reforma do bem estar” não foi profunda. Essa “reforma” não foi senão reciclar remédios vindos diretamente do período colonial e que já haviam dado mostras de sua ineficiência no passado. Ela estabelece uma nítida demarcação entre pobres “merecedores” e pobres “não- merecedores. (Idem, p. 147)

Wacquant (2001 *apud* REISHOFFER; BICALHO 2015, p. 21), faz referência aos Estados Unidos para explicar as condições do aumento da intervenção penal e policial, e assim, descreve cinco características que possibilitaram a “hipertrofia” do Estado Penal americano: a expansão horizontal da rede penal - crescimento da população encarcerada, a expansão horizontal da rede penal-, o aumento das medidas de penalização extramuros através das “liberdades” condicional e vigiada, o crescimento do setor penitenciário, no seio das administrações públicas e a política de “ação afirmativa carcerária”- rigor aumentado em relação aos crimes vinculados a drogas e à população negra, e a privatização carcerária-, propiciando um mercado emergente para toda uma rede de serviços de vigilância, alimentos, seguro, serviços, administração, manutenção, arquitetura, financiamento, construção, transporte.

A despeito disso, em 1935, foi promulgado, nos Estados Unidos, o *Social Security Act*, que limitava a assistência social ao máximo de cinco anos durante toda a vida. Assim, acabaria restando para a população mais empobrecida, a aceitação, quase que impositiva, de qualquer emprego, quase sempre aqueles informais, na ajuda das famílias, a mendicância e até mesmo as atividades cabíveis de sanções penais (WACQUANT, 2007, p. 162).

A Lei sobre Responsabilidade Individual e a Oportunidade do Trabalho (PRWORA), de 1996, nos Estados Unidos, representou a instauração de programas sociais cada vez mais regressivos e focalizadores, do século XX, acelerando a substituição do chamado “Estado – providência protetor” por um Estado disciplinar (WACQUANT, 2007, p. 148).

A PRWORA tinha como objetivo declarado reduzir a dependência das famílias aos programas sociais, e não a redução/ extinção da pobreza. Assim, combinava o *workfare* à rotina do *prisonfare* (WACQUANT, 2007, p. 148- 149).

Desta forma, a redução dos beneficiários das políticas sociais contribuía para a invisibilização das violências urbanas, transferindo-a da esfera pública para a privada. A pobreza também foi transformada numa responsabilidade individual de cada sujeito, assim como o Estado trata a criminalidade como uma conduta meramente pessoal, de cada infrator (WACQUANT, 2007, p. 176).

Sob a lógica desta medida contrarrevolucionária, da assistência social do final do século XX, as instituições prisionais se espelharam e se complementaram: ‘ ‘o foco da ação do Estado apenas na base das hierarquias de classe e casta, e em gênero; a suposição prática de que os atendidos pelo *welfare* são “culpados ate provarem sua inocência” e que sua conduta deve ser estreitamente supervisionada, bem como retificada por medidas restritivas e coercivas; e o recurso ao estigma para se obter modificação de comportamento’ ’ (WACQUANT, 2007, p. 148).

Foucault (1997, *apud* REISHOFFER; BICALHO 2015, p.22) afirma que o sucesso da prisão foi ter difundido no meio social a ideia de que existem pessoas mais perigosas- em sua maioria jovens, negros e moradores de locais mais periféricos- e que, por esse motivo, sua humanidade estaria ameaçada. O crime serviria menos para definir um ato e mais para diagramar um sujeito. Substitui-se, assim, o crime pelo criminoso: o ato pelo indivíduo; a transgressão pelo transgressor.

Com o crescimento da sensação de medo e insegurança, propagados e difundidos pelos grandes meios de comunicação, presentes na sociedade atual, as políticas de segurança pública se endurecem e se posicionam para “deter” aqueles que possuem um comportamento tido como desviante. Assim sendo, acaba sendo necessária uma modificação nos traços e na constituição dessas políticas. Para Wacquant (2007, p. 25), existem seis traços comuns dessas “novas políticas”: 1) enfrentar o problema do crime, sem levar em conta as suas causas; 2) aumento das leis penais e a restrição da liberdade; 3) proliferação da ideia de insegurança na sociedade, com o apoio de agentes políticos e da mídia, para justificar as ações repressivas; 4) com a justificativa das ações repressivas, ocorre a valorização da repressão como saída para conter as desordens causadas pelos habitantes daqueles bairros mais precários; 5) ao mesmo tempo em que se defende a “reabilitação” das pessoas presas- certamente com o intuito de prosseguir com o processo de exploração-, produzem um discurso em defesa da privatização dos serviços penitenciários; 6) todo esse processo resulta na extensão da rede policial e penal, aumentando de forma cada vez mais acelerada, a população encarcerada.

Para o autor,

Enquanto o recuo dos programas de bem estar social foi efetuado por meio de retração extensiva, e impactou todos os beneficiários e aqueles em potencial indiscriminadamente, sem atentar para suas necessidades, opções e posição, o rigor penal foi distribuído de forma muito seletiva no espaço social. A seletividade foi alcançada primeiramente pela priorização de certas zonas geográficas, garantindo que as categorias que constituem seus moradores seriam os “beneficiários” principais, senão exclusivos, do zelo policial e da generosidade penal recente do Estado” (WACQUANT, 2007, p. 123).

Com todo esse contexto de precarização das instituições penais, de restrição de direitos e de *estigmatização* dos egressos do sistema penal, é possível afirmar que a prisão falha em sua missão, levando em consideração a ótica em que foi construída na sociabilidade capitalista, de reintegração social e recuperação daqueles que cometeram algum tipo de delito.

Desta forma, nas palavras de Wacquant (2007, p. 470), o meio mais eficaz de fazer a prisão recuar, mais de três séculos e meio depois do seu surgimento, continua sendo e será sempre fazer avançar os direitos sociais e econômicos.

2.2 A prisão no Brasil

Como já mencionado, a prisão, nos moldes como a conhecemos hoje, nasce com o capitalismo e, assim, serve para administrar a pobreza e as classes consideradas ‘potencialmente perigosas’, seja pelo princípio da punição, seja pela neutralização dessas classes ‘perigosas’.

Com a concentração da riqueza, da propriedade e dos meios de produção nas mãos de poucos, a população mais pauperizada aumenta de forma cada vez mais acelerada, e como são consideradas ‘perigosas’, torna-se necessário o aumento do controle social para assegurar a ordem social vigente, e assegurar os interesses da classe dominante. Assim, surgem os primeiros moldes da Instituição Policial e, “passam a constituir-se aparelhos judiciários que, a serviço da burguesia, irão perseguir e punir as ilegalidades diretamente ligadas à propriedade em detrimento aos crimes de sangue e que, nos séculos anteriores, tinham prioridade de penalização”(REISHOFFER; BICALHO, 2015, p. 17).

Sendo assim,

Técnicas de saber-poder irão constituir a pobreza como a face da criminalidade, indicarão possíveis punições- tratamento e estabelecerão formas de vigilância e controle dessas classes marginalizadas, com o respaldo de saberes técnico-científicos que emergirão no mesmo período (REISHOFFER; BICALHO 2015, p. 17).

O processo de colonização brasileira foi bastante singular. Segundo Almeida (2009 *apud* SOUZA, 2015, p. 33), a colônia portuguesa, sendo basicamente agrícola, dependia da mão-de-obra escrava para seu desenvolvimento e procurava discipliná-la por meio de leis severas. As formas de punição tinham origem na metrópole, tendo como exemplo a instalação do Santo Ofício, em 1591, na Bahia e em Pernambuco, assim como das Ordenações Filipinas de 1604 até 1830, configurando-se no mais duro código penal de Portugal.

Em 1830, criando o seu próprio Código Criminal, o Império brasileiro, foi revogando em partes as sanções penais presentes nas Ordenações Filipinas, sendo mantida a pena de

morte para aqueles que liderassem atos de revoltas escravas, roubos ou homicídios (SOUZA, 2015, p. 33).

Conforme as ideias reformistas foram influenciando os pensadores daquele século, o Império brasileiro começa a introduzir a pena de prisão com trabalho, com o intuito de reprimir e reabilitar os criminosos. Essa pena de prisão ligada ao trabalho foi iniciada no século XIX, com a construção da Casa de Correção da Corte, inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, e que, posteriormente, foi adotada em todo o País, enxergando o trabalho como transformador social (MELOSSI; PAVARINI, 2006, apud SOUZA, 2015, p. 33).

O sistema prisional brasileiro foi constituído sob muita influência do modelo de prisão irlandês, com os modelos dos sistemas prisionais de Filadélfia e Auburn (Panóptico⁹), e pode ser dividida em três fases: ‘ ‘a manutenção dos presos em celas individuais, em silêncio, com trabalho pesado e rações limitadas; o trabalho em grupo, em silêncio e isolamento noturno; para que os que cumpriram a pena com bom comportamento, a liberdade condicional’’ (SOUZA, 2015, p. 34). Esse sistema de prisão tinha como objetivo não apenas reprimir e punir os indivíduos, mas possibilitar o retorno dos mesmos ao convívio em sociedade, acreditando numa reforma moral e de conduta.

Enquanto se configurou como capital do país, e entre os anos de 1822 a 1889, a cidade do Rio de Janeiro, se mantinha no centro dos investimentos e das transações nacionais, e a forma como as prisões eram organizadas, nessa época, recebeu influência dos modelos estadunidense e europeu, tendo como base a compreensão de que o trabalho representava um transformador social.

Araújo (2009), em sua obra intitulada *História das Prisões o Brasil*, relata que no período do império português no Brasil havia a preocupação com a construção de um local seguro, para deter os criminosos, e principalmente, os escravos, que representavam a metade da população da capital. ‘ ‘[...] uma carta regia de 8 de julho e 1769 mandara estabelecer uma casa de correção e sendo esta ‘utilíssima’, não sabia porque o projeto não fora executado[...] Além disso, deveria ser capaz de promover o trabalho dos detentos tirando-os do ócio’’. (ARAÚJO, 2009, p. 218, apud SOUZA, 2015, p. 35).

Entre 1747 e 1808, conforme Souza (2015), foram criadas no Rio de Janeiro as seguintes prisões:

a) Ilha das Cobras, Fortaleza de Santiago e Fortaleza de Santa Barbara (prisões militares espalhadas pela baía de Guanabara);

⁹ O modelo panóptico estava ligado à lógica de controle de tudo e de todos (SOUZA, 2015).

b) Cadeia Pública (localizada no edifício do Senado da Câmara) e Calabouço (localizada na Fortaleza de Santiago);

c) Cadeia da Relação (localizada no prédio do palácio da Justiça, ao lado da residência do vice-rei, que se tornou posteriormente Paço Imperial com a chegada da família Real. O local é atualmente ocupado pelo Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro).

As prisões do século XVIII encontravam-se superlotadas, e, como metade da população do Rio de Janeiro, de 170 mil habitantes, era composta por escravos, controlados por tronco, ferro e prisão, devido à escassez de recursos, as autoridades utilizaram a mão de obra de escravos presos, em obras públicas, o que gerou um duplo cativeiro (SOUZA, 2015, p.36).

A promulgação da Constituição de 1824 e o Código Criminal de 1830 inseriram o aprisionamento nas formas de punição do país. No Brasil, as pesquisas e estudos sobre as prisões sofreram influência da Escola Positivista, levando em consideração, principalmente, a personalidade do indivíduo “criminoso”, as motivações para a execução do crime, as organizações familiares e as suas influências no comportamento do indivíduo. Embora nunca tenha funcionado na prática, por falta de recursos e a superlotação dos presídios, o sistema carcerário brasileiro, começou a adotar os modelos dos países desenvolvidos, buscando um sistema que funcionasse com boas instalações e condições de higiene adequadas (SOUZA, 2015, p. 36).

Apesar da tentativa, ainda que falha, de avanço na forma de punir brasileira, o Código Criminal de 1830, ainda permitia a punição com a morte, prisões perpétuas ou prisão com trabalho e galés¹⁰.

Em 1833, o governo constrói, num terreno afastado, rodeado por mangues e pântanos, uma penitenciária e essa construção durou cerca de 20 anos. Devido à falta de recursos, foram construídos somente dois edifícios, um destinado à Casa de Correção da Corte, que começou a funcionar em 1856, e outro destinado à Casa de Detenção, que a princípio seria provisório, mas que com o passar dos anos, ganhou caráter definitivo.

Segundo Souza (2015), um dos pressupostos principais da reforma das prisões no século XIX, é o trabalho, obtido principalmente por mão-de-obra advinda de pessoas pobres e os considerados rebeldes. Aqui, percebe-se a ideia de que o trabalho institui valor ao ser

¹⁰ As galés eram as principais embarcações europeias, até o século XVI e para que funcionassem, era preciso a força de 250 homens, que eram selecionados de diversas formas. Mas, a principal forma de seleção para este tipo de trabalho, era a escolha por aqueles que cumpriam alguma pena, já que não era necessário pagar salário.

humano, e que a falta do mesmo é sinônimo de vadiagem. Aquelas pessoas que não possuíam vínculo empregatício, e que eram vistas como ameaças, principalmente pelas elites brasileiras, restavam a repressão policial e a prisão. Mas, é necessário enfatizar que dentro das prisões o trabalho é caracterizado como ocupador do tempo ocioso e como disciplinador. Os presos eram submetidos a vários exames médicos, para determinar seu estado mental e atestar aptidão ou não para o trabalho.

Sobre o caráter valorativo do trabalho, o autor utiliza as ideias de Foucault (1987), quando o mesmo refere-se ao trabalho como controle social, e, onde o Estado, sob influência das elites, utiliza a prisão como maneira de conduzir a população pobre a seguir os padrões de convivência e ordem social, impostos pelo capital.

Utilizando-se da compreensão de Oliveira (2012) sobre as prisões, Souza (2015) traz que a prisão passa, então a exercer uma “inclusão” pela “exclusão”, em que os “excluídos” que não conseguem se adequar às normas impostas pelo sistema capitalista, e acabam sendo vistos como quem não se deve seguir- ou até mesmo existir- são incluídos e incorporados num sistema de repressão e punição, como é o caso das prisões.

Mesmo com a mudança da capital federal para Brasília, em 1960, o Rio de Janeiro continua controlando o sistema penal do Brasil. Mas, essa descentralização de poder, acaba acarretando a diminuição dos – já escassos– recursos. Com a redução do repasse do Governo Federal para obras de infraestrutura, higiene, e outras questões importantes para o bom funcionamento das instituições penais, o sistema prisional brasileiro encontra-se em decadência.

Esse cenário de contração de recursos para a área prisional, aliado ao desemprego, à migração para as grandes cidades e outras questões de ordem social e econômica, contribui para o declínio das prisões, seu sucateamento e a superlotação das prisões. (ALMEIDA, 2009, *apud* SOUZA, 2015)

De acordo com dados do Internacional Centre for Prison Studies¹¹, levantados no ano de 2015, o Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de população prisional. A população carcerária no Brasil, segundo o Mapa do Encarceramento divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cresceu 74% entre 2005 e 2012. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pela prisão de jovens negros e de mulheres. Esses dados demonstram a seletividade do sistema penal brasileiro, uma vez que o número de

¹¹ Trata-se de organização não governamental com sede em Londres, que acompanha os números do encarceramento no mundo todo.

negros presos no Brasil é 1,5 vezes maior ao número de prisões de brancos, e a faixa etária que mais é presa no país é a de 18 a 24 anos (PNUD, 2015). Outro número alarmante refere-se ao crescimento da população carcerária feminina, que cresceu 146%.

De acordo com essa publicação, a categoria “drogas e entorpecentes” foi a que mais contribuiu para o aumento do número de presos, representando 25% do total das “causas” do encarceramento. A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a chamada Lei das Drogas, estabelece que os usuários não devem ser punidos, mas sim, encaminhados para “reabilitação” e reinserção social, recebendo tratamento diferenciado do que é dado ao traficante no país. Porém - e esta pode ser uma das causas desse aumento -, esta legislação não discorre sobre a quantidade e o tipo de drogas que distingue o usuário do traficante, o que fica a cargo de entendimento da polícia no momento da apreensão.¹²

Jorge Chediek, representante do Pnud, em sua fala durante o lançamento desse estudo, ressalta que é necessária uma mudança sobre a compreensão das causas das ocorrências de crimes, salientando que sua resolução ultrapassa a mera repressão. E enfatiza que o problema da violência no Brasil não será resolvido construindo mais presídios e aumentando o número de pessoas encarceradas. Contudo, o cenário brasileiro a respeito da violência, está marcado pelo ódio e pela busca incessante por punição àqueles que são considerados “desviantes” e que comprometem a ordem social.

¹² Debate/luta acerca da legalização das drogas do Le Monde: <<http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=2>>

CAPÍTULO 3

O Sistema Penitenciário no Distrito Federal, LEP e responsabilização familiar

3.1 O Sistema Prisional no DF

No ano de 2015, o Distrito Federal possuía uma população carcerária de cerca de 14.291 presos. Contudo, todas as unidades prisionais abrigavam mais pessoas presas do que sua capacidade, operando com quase o dobro da capacidade de lotação (CORREIO BRAZILIENSE, 2015).

Cardoso (2006) afirma que os sujeitos inseridos nas instituições prisionais são sujeitos que, inicialmente, não apresentam condições de inclusão no mercado de trabalho. “Essas pessoas têm perfil similar em toda sociedade ocidental, são em sua maioria migrantes, negros ou afrodescendentes, sem alfabetização e profissionalização, cujos delitos, em sua maioria, são contra a ordem e a propriedade privada” (CARDOSO, 2006, p.35 apud ARRUDA, 2007, p. 26).

A precarização do trabalho e o aumento do desemprego, somados à possível fragilidade da rede familiar e social dos indivíduos, constituem um dos possíveis determinantes desse processo de encarceramento em massa.

Segundo dados do Departamento de Execução Penal (DEPEN), das 515.482 pessoas presas no país, em 2012, 190.828 estavam encarceradas no estado de São Paulo, o que representa um terço da população prisional brasileira. Além disso, 38% é formada por presos provisórios, o que pode ser um indicador das causas do problema de superlotação no sistema carcerário brasileiro.

Os dados do DEPEN sinalizam para a situação de baixa escolaridade entre os presos, que em sua maioria são homens e que não chegaram a terminar o ensino fundamental. No que diz respeito a cor/raça, existem mais negros presos do que brancos: em 2005, 92.052 negros presos e 62.569 brancos. Ou seja, 58,4% eram pessoas negras. Já em 2012 havia 292.242 pessoas negras presas e 175.536 pessoas brancas encarceradas, o que representa que 60,8% da população prisional era negra.

No que diz respeito ao Distrito Federal, a execução penal é realizada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e pela Secretaria de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal. O TJDFT é composto por duas Câmaras Cíveis, duas Câmaras Criminais, sete turmas- cinco Cíveis e duas Criminais-, possui dezessete Varas, entre as quais

estão as Varas de Fazenda Pública, Infância e Juventude, Vara de Acidentes de Trânsito, Vara de Execuções Criminais, etc. (CARDOSO, 2006, p.91).

A execução da pena privativa de liberdade, no Distrito Federal, é incumbência da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE), responsável pela estrutura física, administrativa e humana para a execução, a manutenção e o acompanhamento da pena restritiva de liberdade (CARDOSO, 2006, p. 91).

A primeira cadeia da capital federal foi construída na cidade do Núcleo Bandeirante, e com o aumento da população carcerária, nos anos 19 70, foram construídos os primeiros prédios no Complexo da Papuda, a cadeia brasiliense que está localizada próxima a cidade de São Sebastião (CARDOSO, 2006, p. 91).

No Distrito Federal, o Sistema Penitenciário é dividido entre seis unidades prisionais e uma delegacia especializada. As unidades prisionais são: o Centro de Internamento e Reeducação (CIR), o Centro de Detenção Provisória (CDP), as Penitenciárias do Distrito Federal (PDF I) e (PDF II), que compõem o Complexo Penitenciário da Papuda. Fora desse complexo estão o Centro de Progressão Penitenciário (CPP), a Coordenação de Polícia Especializada (CPE), Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), mais conhecida como Colméia, e onde está situada a Ala de Tratamento Psiquiátrico (CARDOSO, 2006, p. 91). A seguir apresentaremos breve descrição de cada uma dessas unidades¹³.

O CDP

O Centro de Detenção Provisória (CDP) foi inaugurado em 1973. Esta unidade é destinada à custódia de homens que estão em aprisionamento provisório. Lá, são recebidos constantemente visitas de advogados e de oficiais de justiça, para soltura e escoltas aos fóruns, Tribunais de Justiça, hospitais e outros órgãos.

O CDP possui: uma Gerência de Assistência ao Interno (GEAIT), cuja estrutura tem um Núcleo de Saúde¹⁴ composto por consultórios médico e odontológico, além de enfermaria; um Núcleo de Ensino, com salas de aula e biblioteca, que promove cursos regulares e profissionalizantes; uma sala de audiência por videoconferência utilizada, principalmente, pela Vara de Execuções Penais do Distrito Federal – VEP/DF e pela Vara de Execuções das

¹³ Informações foram retiradas do site da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal: <<http://sesipe.sejus.df.gov.br/>>

¹⁴ A equipe de saúde das Unidades do Distrito Federal é formada por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas, psicólogos e assistentes sociais. O interno recebe atendimento no próprio Presídio, mas aqueles casos excepcionais e mais urgentes são conduzidos aos hospitais públicos e postos de saúde.

Penas e Medidas Alternativas do Distrito Federal – VEPEMA/DF; o Centro de Observação (CO), onde são realizados os exames criminológicos.

O CDP conta com 18 salas para advogados, onde o atendimento prestado pelo profissional ao preso é feito por meio de interfones, com a ausência de contato físico.

A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, afirma que é neste prédio que começa o “processo de ressocialização da pessoa presa”.

O CIR

O Centro de Internamento e Reeducação (CIR), inaugurado em 1979 (CARDOSO, 2006), é destinado para aquelas pessoas que cumprem pena em regime semi-aberto, que realizam trabalhos internos e externos, além das alas de ex-policiais e a ala destinada à prisão especial. Conta com uma estrutura formada por assessoria jurídica, núcleo de saúde, como no caso do CDP. Ali, encontra-se a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap), que disponibiliza diversas oficinas de trabalho, como marcenaria, lanternagem e funilaria de autos, serigrafia, panificação, entre outras.

Como no caso do CDP, a equipe de saúde é vinculada à GEAIT – Gerência de Assistência Social da Penitenciária, e esta desenvolve, segundo informações do site da secretaria, palestras que visam conscientizar os internos sobre os malefícios do uso de drogas bem como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Sobre as atividades educacionais, são desenvolvidas em 12 turmas em 07 salas de aula, do ensino fundamental ao ensino médio. Além disso, professores capacitados e gerenciados pela FUNAP desenvolvem ciclos de aprendizado de acordo com o EJA – Ensino de Jovens e Adultos. Segundo dados da Secretaria, o CIR possui um acervo de 4.060 livros, que podem ser utilizados por todos os presos.

PENITENCIÁRIAS DO DISTRITO FEDERAL - PDF I

A Penitenciária do Distrito Federal (PDF) foi inaugurada no ano de 2001, e é classificada como Unidade de segurança média, contando com 04 blocos, sendo um deles segurança máxima.

A capacidade do PDF I é de 1584 presos, mas de acordo com dados divulgados pela Sesipe, no ano de 2015, contava com 3.390 pessoas encarceradas. Ou seja, há 1.806 pessoas a mais nesta unidade prisional.

Assim como nas outras unidades, a Penitenciária do Distrito Federal I, conta com áreas comuns para integração entre as pessoas presas, assim como unidades de assistência médica, odontológica e atendimentos com assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros.

De acordo com a Sesipe, o PDF I é movido de acordo com o princípio da *reintegração social* e o trabalho. Existem, hoje, duas oficinas em funcionamento gerenciadas pela FUNAP, as quais empregam 50 presos nas atividades de costura industrial e serigrafia.

A Subsecretaria divulga que os presos contam com aulas, do ensino fundamental ao ensino profissionalizante, além do desenvolvimento de conteúdos em consonância com o EJA, e de uma biblioteca que tem atualmente mais de 7.000 livros.

A Unidade conta com 08 salas para o atendimento entre o preso e o advogado. A comunicação e o atendimento ocorrem por meio de uso de interfone.

PENITENCIÁRIAS DO DISTRITO FEDERAL - PDF II

O PDFII é a unidade de segurança máxima do Complexo Penitenciário da Papuda destinado àquelas pessoas que cumprem pena em regime fechado, abrigando, excepcionalmente, o regime semiaberto e a reclusão provisória. Assim, se caracteriza como uma Unidade Prisional de transição de regime.

Por ser uma Unidade de Segurança Máxima, recebe constantemente visitas de Membros do Ministério Público, advogados, órgãos ligados à defesa de Direitos Humanos, juízes, entidades de cunho religioso, entre outros órgãos, que segundo a Secretaria, são ligados à defesa e ao serviço do bem estar social.

A manutenção e conservação das Unidades prisionais ficam a cargo dos próprios sentenciados, que, *em troca*, recebem remissão de pena, além de contribuir para a *ressocialização* dos mesmos.

O PDF II também conta com uma Unidade de Saúde, ligada a Gerência de Assistência ao Interno (GEAIT). Além disso, possui três bibliotecas e oito módulos de ensino básico, além de cursos técnicos e preparatórios à distância, para quase 320 pessoas.

Conta, ainda, com uma Oficina de trabalho com capacidade para 20 pessoas, de confecção de bola e redes esportivas, que, segundo a Sesipe, auxilia na remissão de pena e no combate a ociosidade das celas.

Ainda conforme a Subsecretaria, os objetivos principais são a vigilância, custódia e ressocialização do preso, através de medidas e ações de ressocialização, disciplina e segurança para manutenção da ordem pública e do bem estar social.

A Penitenciária do Distrito Federal II, inaugurada em 2005, possui capacidade para 1.464 pessoas, mas, em 2015, operava com 3.253 pessoas presas, uma lotação de 1.789 pessoas a mais.

A superlotação, o descaso e o sofrimento nas penitenciárias, a restrição de direitos dos apenados e a falta de preparo da equipe profissional, são alguns dos problemas encontrados no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Esta realidade, porém, parece não ser digna de preocupação, tanto por parte do Governo, como por parte da população, que assiste a todo esse processo de encarceramento em massa e violência, sem que se atente para as reais causas do aumento da criminalidade e, muito menos, para a falta de implementação, promoção de políticas sociais que busquem amenizar as situações de precariedade vivenciadas por grande parcela da população brasileira e garantia de direitos humanos. Parcela significativa dessa população que compõe o sistema penitenciário local, vivenciaram e vivenciam condições aviltantes de desigualdades sociais.

O sistema prisional se caracteriza como um dos principais pilares da sociedade atual e

A perspectiva militarizante da gestão carcerária é simplesmente fundamental para o apoio necessário a afirmação do modelo societário vigente, apaziguando, pela força, aqueles que se colocam fora do espaço que lhes é determinado na divisão socioespacial estabelecida pela sociedade capitalista. (SILVA, 2014,p.69)

A população carcerária se submete a uma situação de afronta aos direitos humanos e a um cotidiano extermínio, visto que após visitas a presídios de diversos estados brasileiros, no ano de 2008, para verificar as condições prisionais às quais os presos estavam submetidos, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário, identificou que o sistema carcerário brasileiro apresenta problemas de superlotação, estrutura prisional precária, falta de condições mínimas de higiene, além de considerarem que no ano de 2007 teriam morrido cerca de três a quatro pessoas presas, por dia, no Brasil, representando um total de 1.250 mortes (ACAT, 2009, p.37-38 *apud* SILVA, 2014, p. 74).

3.2 A Lei de Execução Penal, suas limitações e os impactos na organização familiar

Como já foi discutido, as formas de punição sofreram mudanças no decorrer dos séculos, principalmente no que diz respeito aos direitos das pessoas presas.

No ano de 1933, Cândido Mendes, Lemos de Brito e Heitor Carrilho elaboraram um projeto para o Código Penitenciário da República, porém, devido ao Código Penal de 1940, não teve continuidade. Seguiu-se, então, um projeto de lei do Dep. Carvalho Neto, que resultou na aprovação da Lei n. 3.274/57. Já em 1981, uma comissão composta pelos professores Francisco de Assis Toledo, René Ariel Dotti, Miguel Reale Junior, dentre outros, apresentou um novo anteprojeto para a Lei de Execuções Penais. Então, em 1983, o Presidente João Figueiredo enviou o projeto ao Congresso Nacional que foi aprovado sem nenhuma alteração, originando-se na Lei n. 7.210, promulgada em 11/07/84, a chamada Lei de Execução Penal- LEP (SILVA, 2011).

Conforme explicitado em seu artigo 1º, o objetivo da LEP *é efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.*

De acordo com a LEP, os órgãos que realizam a execução penal são o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; o Juízo da Execução; o Ministério Público; o Conselho Penitenciário; os Departamentos Penitenciários; o Patronato; o Conselho da Comunidade, e a Defensoria Pública.

Na referida Lei também estão estipulados quais são os estabelecimentos para o cumprimento da pena, assim como sua funcionalidade e estrutura. Do artigo 84 ao 107, estão relacionadas:

- a) Penitenciária: estabelecimento penal destinada ao condenado a pena de reclusão em regime fechado;
- b) Colônia agrícola, industrial ou similar: destina-se ao cumprimento de pena no regime semi-aberto.
- c) Casa de albergado: destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime aberto e da pena de limitação de fim de semana.
- d) Centro de Observação: destinado à realização dos exames gerais e do criminológico;
- e) Hospital de Custódia: o hospital de custódia e tratamento Psiquiátrico é estabelecimento penal que se destina aos inimputáveis e semi-imputáveis.

f) Cadeia Pública: destina-se ao recolhimento de presos provisórios. No art. 103 a lei execução penal estabelece que cada comarca terá pelo menos uma cadeia pública.

No que diz respeito aos direitos dos apenados, a LEP em seu art. 41, estabelece:

I - alimentação suficiente e vestuário;

II - atribuição de trabalho e sua remuneração;

III - Previdência Social;

IV - constituição de pecúlio;

V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI - chamamento nominal;

XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

Pereira (2012) reforça que a LEP estabelece as regras para o tratamento e a ação penal, mas que existe uma mediação entre a referida Lei e as legislações locais. Cada estado brasileiro pode, então, editar e criar resoluções que operacionalizam as atividades prisionais. Além disso, chama atenção para o fato de que a LEP inclui o trabalho prisional desvinculado das Leis do Trabalho, restando ao preso o trabalho como dever social e sinônimo de disciplina. A disciplina nos presídios é apresentada de diversas formas, como cabeça baixa, os olhos quase nunca são direcionados para os olhos dos outros, representando assim, uma postura de submissão.

Por mais que se reconheça que o direito à alimentação adequada, à higiene, ao vestuário e à saúde, muitas vezes isso fica sob responsabilidade das famílias dos sentenciados. Famílias estas que sofrem e pagam pela pena dos seus familiares. Que são culpabilizadas e responsabilizadas pelo cometimento do delito alheio. Sobre a responsabilização dos familiares, Silva (2014, p. 87) chama atenção para a perversa fórmula de ‘retribuição psicológica’ para o sentenciado ou preso, ou seja, o sentenciado viverá e presenciará o sofrimento de seus familiares por sua falta e, dessa forma, a realidade imposta nas prisões transcende a vigente na CF/88, que em seu art. 5º estabelece que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

Além da responsabilização de arcar com os mantimentos necessários e a vestimenta, a precária situação que as famílias enfrentam para visitarem seu entes, é outro elemento que comprova a culpabilização destas frente à situação de encarceramento de um familiar. Em uma pesquisa realizada no estado de Minas Gerais (2012), é relatado que as famílias esperam em longas filas, sem nenhum tipo de abrigo, para visitar seus entes, levando comidas e objetos de higiene pessoal.

Além da falta de estrutura para abrigamento dessas famílias, que ficam expostas ao sol e à chuva, outro ponto levantado pela pesquisa acima referida, realizada por Tayane Tavares para o Blog Agência Alternativa, é o custo que as visitas, pelo fato dos presídios se situarem em locais afastados e de difícil acesso, causam às famílias. Além disso, constata-se a questão da compra de objetos que deveriam estar a cargo do Estado, e que se tornam responsabilidade destas famílias, o que acarreta, certamente, a falta de dinheiro para a casa.

A situação de encarceramento provoca um reordenamento nas relações sociais destas famílias. As famílias se veem em uma nova situação, como, por exemplo, a de garantir a sobrevivência dos demais membros, o preconceito da sociedade em relação à família de preso e às normas e imposições da própria prisão, visto que a família acaba sendo inserida no jogo de poder das práticas prisionais. Esta família, além de se adaptar à vida sem um de seus membros, tem que se adaptar às normas e regras do presídio.

O preconceito também é reproduzido dentro dos presídios por parte dos funcionários. Por vezes, quando as mulheres visitam familiares e amigos nos presídios, são vítimas de situações constrangedoras e humilhantes, em que funcionários reproduzem um discurso de culpabilização dessas mulheres, além de todo o processo de constrangimento vivenciado na revista íntima. Toda essa situação de violência vivenciada por parte das famílias, em especial pelas mulheres que frequentam as prisões para visitas, pode contribuir para que se sintam

culpadas pela situação de seu familiar e desta forma, se sintam na obrigação de acompanhá-los e de apoiá-los, mesmo diante de todo o processo culpabilizador e vexatório que elas enfrentam.

Quando o Estado assume o papel de privar qualquer indivíduo de sua liberdade, ele também deve assegurar os direitos dessas pessoas. Oliveira (2009), nesse contexto, cita Iamamoto (1982), que afirma que,

O Estado como árbitro das relações de classe, assume tarefas cada vez mais ativas no sentido de zelar pela reprodução da força de trabalho, não só através de legislação específica – expressão muitas vezes de ganhos efetivos da classe operária – como através da prestação de serviços básicos por intermédio de organismos estatais, para – estatais ou privados, regulados através de políticas sociais” (IAMAMOTO, 1982, p. 100 apud OLIVEIRA, 2009, p. 39).

Entretanto, em tempos neoliberais, verifica-se a dilapidação do Estado Social, particularmente no Brasil, o que corrobora a ameaça aos direitos previstos na LEP. Com isso, aprofunda-se a direção do Estado capitalista no sentido de atender os interesses da classe dominante.

Diante desse cenário, reafirma-se o fracasso das prisões, principalmente no que diz respeito ao seu aspecto “ressocializador”. Andrea Almeida Torres, em entrevista concedida para o site Conectas¹⁵, afirma que para a maioria da população, o sistema prisional deve ser sinônimo de sofrimento, uma espécie de vingança. A professora de serviço social da Unifesp salienta que, o presídio apenas reduz as opções das pessoas em situação de encarceramento. A pessoa que já foi presa vive com a sombra do tempo em que esteve inserida dentro desse sistema falido e totalitário. É como se houvesse uma marca que indica que a pessoa é ex-presidiária, o que atrapalha na recondução de sua vida pessoal e familiar, além das dificuldades de conseguir emprego, já que o preconceito é latente na sociedade.

Para esclarecer e defender o fracasso das prisões, Reishoffer e Bicalho (2015) fazem referência a diversos autores. Ressaltam que para o autor este fracasso se deve por dois motivos: pelo fato de a prisão ter sido originalmente criada para separar criminosos e sociedade, mas também pelos próprios clamores sociais que provocam adoção de políticas contrárias a ideias de ressocialização e tratamento penal. Além disso, Baratta contesta, ainda, a ideia puramente individualista, que aponta que a ressocialização envolveria, exclusivamente, a reforma do indivíduo para uma sociedade considerada sadia e naturalmente boa (BARATTA, 2002, apud REISHOFFER; BICALHO 2015, pp. 23-24).

¹⁵ Entrevista disponível em: < <http://www.conectas.org/pt/acoes/midia/noticia/14983-entrementes-presidios-brasileiros-refletem-a-%E2%80%9Csociedade-da-vinganca%E2%80%9D>>

Já para Karam (2004), a própria ideia de ressocialização é incompatível com a segregação do ser humano. Para ela, “pretender ensinar uma pessoa a viver em sociedade mediante seu enclausuramento é algo tão absurdo quanto pretender treinar alguém para jogar futebol dentro de um elevador ” (KARAM, 2004, p. 81 apud REISHOFFER; BICALHO 2015, p.24).

A elaboração do questionário e da entrevista semi-estruturada, utilizados durante a pesquisa, ocorreu com a intenção de abordar questões que fossem relevantes para a compreensão das configurações familiares após o processo de encarceramento. É preciso ressaltar que não se tem a intenção de generalizar os dados obtidos durante esse estudo, visto que a margem de entrevistados é muito pequena frente ao número de pessoas encarceradas no Distrito Federal.

Foram entrevistadas sete mulheres e três homens. A diferença entre o número de entrevistados, em relação ao sexo, deve-se a dois fatores principais. O primeiro diz respeito ao pequeno número de homens que vão aos presídios visitar seus familiares. Este dado pode ser identificado ao comparar o tamanho das filas para a revista, fato esse caracterizado pelo tamanho da fila feminina em relação à fila masculina de revista. O segundo ponto refere-se ao fato das mulheres se mostrarem mais solícitas e receptivas para a realização do estudo.

O questionário pode ser dividido em dois blocos de questões/ temáticas. O primeiro bloco refere-se às caracterizações socioeconômicas dessas famílias. Dos entrevistados, quatro possuíam o ensino fundamental incompleto, dois cursavam o ensino superior, três possuíam o ensino fundamental e um era analfabeto. Sobre a pertença étnico/racial, apenas dois dos entrevistados se autodeclararam negros, porém 4 se autodeclararam pardos.

A maioria possuía idade superior a 40 anos, sendo que apenas um entrevistado possuía idade entre 18 e 24 anos. Além disso, seis dos entrevistados disseram que moravam de aluguel no momento da entrevista. Todos os entrevistados vivem nas cidades satélites do Distrito Federal, a exemplo das cidades de Riacho Fundo e Estrutural.

Quatro entre os dez, afirmaram que trabalham informalmente, e que por isso não possuíam renda fixa, pois trabalhavam com “*bicos*”. É importante ressaltar que todos os entrevistados recebem algum programa social, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), configurando uma forma de complementação da renda familiar. O segundo bloco contém questões referentes ao tratamento recebido pela pessoa presa e sua família no âmbito do sistema carcerário.

Quando perguntados sobre quais dos direitos que estão tipificados na LEP eram assegurados ao seu familiar, as respostas foram bastante diversificadas. Uma entrevistada afirmou que dos incisos do art. 41 da LEP, o seu filho só tinha direito ao X (visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados), mas que *na prática só quem vem sou eu, mesmo, a mãe. Porque pra mulher dele vir visitar ele, eles têm que ter um termo alegando a união estável e eles ainda não fizeram. Amigos também nenhum pode vir, porque eles não deixam entrar. Então sou só eu mesmo (Entrevistada 2).*

Nove entrevistados afirmaram que a alimentação e a assistência médica ocorrem de forma precária.

A comida é horrível, parece que tá estragada. A assistência médica podia ter. Podia fornecer remédio, porque se a gente traz um remédio, tem que passar por uma vistoria esquisita pra poder entrar. O médico podia vir pelo menos de dois em dois meses. Porque mistura com todo mundo e onde eles fazem a necessidade deles, você precisa vê. É uma nojeira só. Pega germes, né? (Entrevistada 4)

Não assegurar o direito à alimentação às pessoas presas, contraria o que está determinado na Constituição Federal e na Lei 11.346/06, que dispõe sobre a segurança alimentar e nutricional, caracterizando-a, em seu art. 3º, como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Desta forma, mais uma vez, o presídio se torna um ambiente de desrespeito e afronta aos direitos humanos. O sistema penitenciário do Distrito Federal terceirizou o serviço de alimentação- café da manhã, almoço e jantar e lanche- entregues em “marmitas”, compostas de arroz, feijão, carne, ou sopa, carentes de nutrientes essenciais para a alimentação. Essas “marmitas” são armazenadas em locais inadequados, o que pode resultar na deteriorização do alimento, trazendo mais danos à saúde dos internos (LIMA, 2015, p. 18).

Aos familiares, cabe o papel de subsidiar a alimentação de seus entes. Nos dias determinados para as visitas- que segundo relatos dos entrevistados, variam conforme cada pessoa presa, podendo ser semanalmente, quinzenalmente ou até mensalmente-, é autorizado a entrada de alguns alimentos, que passam por vistorias severas e que devem ser armazenados em sacos plásticos. O curioso é que não está especificado nem no site da Subsecretaria e nem em nenhuma norma ou lei sobre o caso, quais alimentos podem ou não serem levados pelos familiares.

Uma das entrevistadas relata: *a gente pode trazer 6 frutas, entre maçã, banana e goiaba. Biscoito de sal ou de doce, mas não pode ser recheado e nem nada que seja caseiro. Só que às vezes, eles- os agentes- tomam, jogam fora ou dão pra outras pessoas, e eles acabam ficando sem nada (Entrevistada 1).*

Outra alternativa para a complementação da alimentação, é a venda de alimentos na lanchonete do próprio presídio, que vende biscoitos, sanduíches, chocolate, sucos, dentre outros produtos, sendo a renda revertida para “o fundo da Segurança Pública administrada e distribuída entre as diversas unidades de internação do DF” (LIMA, 2015, p. 19). Ou seja, as famílias, mais uma vez, pagam pela alimentação de seus familiares, sem levar em conta que os alimentos vendidos na lanchonete são alimentos industrializados e com excesso de açúcar e conservantes, extremamente prejudiciais à saúde.

Em uma situação de extrema violação de direitos, além de cercear a liberdade, as prisões não oferecem alimentação adequada aos internos e, ainda, os expõe a danos a sua saúde, ao mesmo tempo, não dispõe de um serviço de assistência médica adequado.

Todos afirmaram que o inciso IX- entrevista pessoal e reservada com o advogado- e o XI - chamamento nominal- são assegurados ao familiar.

Sobre o que preconiza o XV -contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes- todos falaram que o único livro que eles têm contato é a bíblia. Esse dado diverge com o que é relatado no site da Sesipe, e que foi referido nesse estudo, sobre as pessoas presas terem a sua disposição uma variedade de livros para leitura. Uma queixa presente no discurso da maioria dos entrevistados é de que quase nada que elas/eles levam para o familiar no dia da visita, chega aos presos.

As coisas que a gente traz, carregam, eles ficam sem nada. Ninguém sabe quem leva. Se muda de um bloco pra outro, meu sobrinho tem falado que as vezes não dá nem tempo de pegar as coisas. Deixa tudo. (Entrevistada 5).

Quando questionados sobre se ocorreram mudanças na organização familiar durante o processo de encarceramento, a primeira resposta é a da falta que eles sentem da companhia da pessoa presa. Além disso, ocorreram mudanças na rotina da familiar, principalmente das mães, que precisaram trocar o horário da folga no trabalho para poder visitar os filhos. Uma mãe que estava cursando o ensino superior relata o seguinte:

Eu tive que adequar meu horário da faculdade, minha rotina. Eu saía de casa muito cedo e de lá já ia pra faculdade, então ficava muito desgastante. Acabou mexendo em toda família, e nem todos da família podiam visitar. (Entrevistada 7)

Também é relatada a dificuldade que eles enfrentam para chegar até o presídio. O problema do transporte público aliado à distância do Complexo Penitenciário representa segundo as/os entrevistadas/os uma dificuldade para as visitas. Além disso, elas/eles afirmam que a estrutura dos presídios é bastante precária.

A gente senta no chão, quando encontra chão pra sentar, porque tem muita gente e as vezes nem onde sentar a gente tem. Em períodos de chuvas, esse processo é muito mais humilhante. Eu já tive momentos em que eu fui visitar e tava chovendo, e o pátio não é coberto, só uma pequena parte, e com certeza não cabe todo mundo. Então no dia de visita as pessoas ficam na chuva ou simplesmente desistem de visitar. Porque é muito complexo, porque tem gente que ver uma vez no mês, ou a cada dois meses, devido à rotina, que é muito corrida. Então tem que passar por tudo isso, na chuva e no sol (Entrevistada 7)

A gente fica aqui debaixo do sol, da chuva. “Comendo poeira na cara”, minha filha. Chega lá dentro, tem que brigar por um espaço, porque é muita gente lá (Entrevistada 2).

Sendo assim, na visão dos entrevistados o sistema carcerário do Distrito Federal é caracterizado como péssimo e precário. Além da falta de estrutura, elas/eles reclamam da desorganização e da falta de divulgação de informações por parte dos profissionais do presídio. Somente um entrevistado, disse que não tinha queixas sobre o sistema, mas que havia pouco tempo que o filho estava preso e que quem o visitava com mais frequência era a mãe. Aqui, pode-se notar o caráter conservador que a sociedade possui em relação à mulher, que é responsabilizada pela manutenção da casa e dos filhos, e essa situação acentua-se no âmbito penal.

Quando questionadas/os sobre se já vivenciaram ou testemunharam alguma situação de violência, todos disseram que nunca vivenciaram, mas uma disse que o filho já havia sofrido castigos e que já reparou algumas *marcas* nele. Quando perguntada sobre o porquê o filho havia ficado de castigo, ela disse que era porque ele havia feito “coisas erradas” e que eles- os agentes penitenciários- *não dão mole. Eu fiquei um tempo sem poder ver ele por causa disso (Entrevistada 1).*

Sobre castigos, uma das entrevistadas relata que existe uma punição frequente no presídio, mas especificadamente no CDP. Ela informa que quando acaba o horário da visita, todos tem que sair o mais depressa possível do pátio, para que as pessoas presas não sejam repreendidas.

Se fica uma mãe ali dentro depois que eles- agentes penitenciários- falam que acabou o horário, todos os presos tem que ficar agachados até que eles- agentes penitenciários- decidam que podem levantar (Entrevistada 2).

Em relação ao processo de visita, bem como as principais queixas sobre a revista, as sete mulheres reclamaram sobre a revista íntima. Os homens, ao contrário, não achavam que o processo era vexatório, mas sim ter que ir até o presídio. “*Não é tão humilhante assim não. Humilhação é ter que vir aqui. Eu não gosto não*”, relata o entrevistado 9.

Já para as mulheres o processo é de intensa humilhação. Todas reclamaram do fato de ter que ficarem nuas, e que apesar de serem funcionárias mulheres que fazem as revistas, não diminui em nada a situação vergonhosa pela qual precisam passar.

O processo de revista pra visita ele é inadequado, apesar de já ter uma máquina de raio x, só que não é todo mundo que passa por ela, porque é só uma máquina pra um monte de gente que passa por lá todos os dias de visita. É um processo muito lento e vexatório, porque a pessoa fica pelada, e agacha e levanta, e abre a boca, mexe o cabelo. É muito difícil dizer se é realmente necessário ou não. Mas é muito vergonhoso você se expor desse jeito. Você é tratado como se também tivesse feito algo errado, como se você também tivesse devendo algo pro Estado (Entrevistada 7).

Pra mim o pior de tudo é ficar pelada. É muita humilhação. E o jeito que eles olham pra gente. Parece até que a gente que fez alguma coisa errada. É muito chato, muito chato. (Entrevistada 10).

Pereira (2012) chama a atenção para o fato de que a revista íntima não é descrita de forma padronizada em nenhuma legislação. Por serem instituições que, por vezes, criam e recriam seus regimentos e normas internas, os procedimentos de revista ocorrem de forma diferente em cada estado brasileiro.

Diante desses relatos, é interessante notar que os familiares não identificam essas situações como situações de violência, como se terem seus corpos expostos e vistoriados acompanhados de olhares cheios de preconceito e que culpam as mesmas pela situação de encarceramento, não fosse motivo suficiente para afirmarem que são violentadas e exigirem que mudanças sejam tomadas.

No espaço sociojurídico, o assistente social atua frente a variadas situações de violação de direitos. Por vezes, é atribuído a/o profissional, realizar ações que se caracterizam por serem extremamente violadoras e desrespeitosas. Como exemplo, temos a realização do exame criminológico, um exame feito para aferir a personalidade criminosa do sujeito. Se configurando como uma atribuição do assistente social no sociojurídico, o exame criminológico¹⁶ se caracteriza por ser moralizante e subjetivo, mas que, “camuflado de

¹⁶ O conjunto CFESS/CRESS vem debatendo sobre a extinção do exame criminológico e a revisão do Código Penal, conforme deliberação do 41º encontro nacional, que pode ser consultado através do link: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinal_41nacional.pdf>

cientificidade, pautado na criminologia clínica, pretende medir o grau de periculosidade e possível reincidência’’ (TORRES, 2013, *apud* CFESS, 2014, p. 69).

Assim, é possível afirmar que o processo de violência, na sociedade como um todo e principalmente dentro do sistema carcerário está tão naturalizado por essas pessoas, que as mesmas nem se reconhecem enquanto sujeitos de direitos que devem ter sua integridade física e moral preservadas. Essa situação é tão grave que uma das entrevistadas chega a afirmar que prefere ver o filho preso, passando por todo o processo de violência institucionalizada, do que vê-lo nas ruas. Pois, ‘*aqui eu acho que ele tá mais seguro. Corre menos risco de morrer do que ficar na rua*’’ (Conta a entrevistada 1, que não conseguiu conter o choro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou compreender de que forma a situação de encarceramento reflete em algumas situações vivenciadas pelos familiares das pessoas presas na relação com o sistema prisional. Assim, tentou-se relacionar a forma como o sistema carcerário está configurado dentro da sociedade capitalista, que enxerga as classes mais pauperizadas, constituída em sua maioria pela população negra, como perigosa e que precisa ser contida. É problematizado também sobre a responsabilização das famílias, tanto sobre o encarceramento de seus membros, como no processo de “ressocialização” das pessoas presas.

Além disso, durante a realização da entrevista, houve uma preocupação para levantamento de possíveis violações de direitos dentro do sistema carcerário do Distrito Federal, levando em conta que esse é um ambiente de extremo controle e violência.

A expansão da face penal do Estado vem se transformando num instrumento de vigilância e controle das classes consideradas “perigosas”. Como forma de contenção desses sujeitos, o Estado faz uso da polícia que responde às demandas impostas de forma violenta. O aumento do encarceramento no Brasil é prova disso. Quando os sujeitos se mostram descontentes e agem de forma a resistir ao processo de violência, o braço repressivo do Estado tenta “conter” esses sujeitos, usando a privação de liberdade como forma de punição pela “rebeldia”.

O sistema carcerário brasileiro vive uma situação de precariedade tão extrema que parece que as vidas dos sujeitos que estão ali, não têm importância alguma. Como se fossem menores e tivessem menos valor que os outros sujeitos presentes na sociedade. A todo o momento é disseminado pela mídia um perfil daqueles que mais cometem crimes, impondo uma sensação de insegurança e medo constante. Com base nos dados do próprio sistema carcerário, dos estudos internacionais e nacionais, sobre o perfil dos encarcerados no Brasil, é mais do que possível identificar o racismo presente nesses espaços.

Pode-se afirmar, após os levantamentos dos dados, que os familiares também são responsabilizados pelo enclausuramento de seus membros, assim como ocorre mudanças significativas no ordenamento das relações sociais. A rotina da família é modificada, além da falta que sentem da presença dos seus familiares.

Como se já não fosse bastante todo esse processo de culpabilização das famílias pela situação de aprisionamento de seus membros, estas ainda são responsabilizadas pelo processo

de “ressocialização” dos apenados, ficando responsáveis pela inserção social, comunitária e profissional, para que o mesmo não venha a cometer outro delito.

Além disso, aquelas famílias que não visitam seus membros, são fortemente criticadas pelos profissionais dentro do sistema carcerário e pela sociedade. Para estes profissionais, estas famílias estão “abandonando” seus membros e que esse “abandono” influencia no processo de “ressocialização”.

Sobre o papel das famílias na “ressocialização”,

a família dos detentos é uma ligação que os apenados têm com o mundo exterior. [...] A família pode resgatar o indivíduo da marginalidade, desde que seja bem estruturada (PINTO e HIRDES 2006, p.681 *apud* OLIVEIRA e LIMA, 2013,p.16)

Oliveira e Lima (2013, p.16) reforçam o caráter de responsabilização das famílias, no processo de conquista de liberdade dos apenados quando dizem que,

A ausência deste familiar durante o cumprimento da pena acarreta várias implicações no processo de “ressocialização”, a exemplo de sentimento de rejeição, vergonha e desmerecimento de novo voto de confiança da sociedade civil. Isto remete ao apenado um discurso de que se está perdido, continuará a cometer delitos.

A ideia da “ressocialização” só é aceita por aqueles que defendem formas ainda mais severas de punição e violência, identificando nos presídios um espaço que vai propiciar a mudança das condutas daquelas pessoas que fogem ao padrão dominante de normas sociais. “Ressocializar”, com base na visão da sociabilidade capitalista, é como trazer de volta para uma sociedade sadia um indivíduo com aspectos doentes, que precisa passar por um processo de cura. E, mesmo que, com base nos acordos feitos pela e na sociedade, para a manutenção da ordem, alguns indivíduos precisem modificar suas condutas, um ambiente de extrema exclusão e propagação da violência, não é melhor lugar para o exercício da mudança desse indivíduo. Afinal, qual o sentido em querer que um indivíduo se adapte a sociedade, afastando-o dela e humilhando-o?

Porém, devido à forma como o sistema prisional é constituído, a análise sobre as implicações do encarceramento na vida dos familiares de pessoas presas não ocorreu de forma aprofundada. Assim, as análises sobre estas implicações ficaram restritas ao cotidiano destas famílias no espaço institucional dos presídios, levando em consideração a precariedade do sistema prisional pela ótica dos familiares.

Diante disto, a realização deste trabalho se faz necessária para um maior aprofundamento crítico sobre as condições de vida dessas famílias, frente ao processo de

dupla penalização e violação de direitos que enfrentam dentro do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, e ao mesmo tempo a responsabilização destas famílias no processo de “ressocialização”. Assim, para o Serviço Social, a temática abordada é de extrema importância, visto que a profissão deve seguir lutando pela garantia dos direitos humanos e sociais dos sujeitos, que, em uma sociedade como a capitalista, vivenciam a repressão diariamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ABRAMOVAY, Pedro Vieira; BATISTA, Vera Malaguti. *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan, 2010. 384 p.

ALMEIDA, Kelly. Superlotação é grave no sistema prisional do Distrito Federal. *Correio Braziliense*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/05/27/interna_cidadesdf,484623/superlotacao-e-grave-no-sistema-prisional-do-distrito-federal.shtml> Acesso em maio de 2015.

ALVES, Joseane Duarte Ouro. *A criminalização da questão social: uma juventude encarcerada*. 2013.

ALVES, Vera Lúcia; AZEVEDO, Lena; CAMPBELL, Alexandre; CARCARDO, Fábio; CRUZ, Monique; DAMAZIO, Natalia; LIMA, Isabel; LIRA, Renata; OLIVEIRA, Patricia de; PONTES, Guilherme; TERRA, Ana Marcela; SERENO, Graziela. Quando a liberdade é exceção: a situação das pessoas presas sem condenação no Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/09/quando-a-liberdade-e-excecao.pdf>> Acesso em dezembro de 2016.

ANISTIA INTERNACIONAL. Criminalização dos protestos e violência policial no Brasil ameaçam princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito. 2013. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/criminalizacao-dos-protestos-e-violencia-policial-brasil-ameacam-principios-fundamentais-estado-democratico-de-direito/>> Acesso em dezembro de 2016

ARGUELLO, Katie. Do Estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Artigo-Katie.pdf>> Acesso em junho de 2016

ARRUDA, Kaymara Rodrigues. Educação no presídio: uma possibilidade de (re)inserção social do apenado. 2007. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/713/1/2007_KaymaraRodriguesArruda.pdf> Acesso em: Junho de 2016.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em<<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>> Acesso em dezembro de 2016.

BARBOSA, Licínio. Direitos, garantias e deveres dos presos. Disponível em : <http://www.fragoso.com.br/eng/arq_pdf/artigos_homenagem/arquivo3.pdf> Acesso em: Maio de 2016.

BARROS, Ana Maria de; JORDÃO, Maria Perpétua Dantas. A cidadania e o sistema penitenciário brasileiro. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/anamb1.pdf>> Acesso em: Maio de 2016.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. 9ª. Ed. São Paulo: Cortez editora, 2012. 216 p.

BONI, VALDETE; QUARESMA, SÍLVIA JUREMA. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v.02, n.01, p. 68-80, 2005. Disponível em :<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>> Acesso em agosto de 2016.

BRASIL. Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos- 1955. Disponível em : <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contra-a-Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/regras-minimas-para-o-tratamento-dos-reclusos.html>> Acesso em: Maio de 2016.

BRASIL, Lei nº 11.343

____ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento : Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4084>> Acesso em: maio de 2015

____ Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília. 2015.

____ Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

____ Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

____ Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.

____ Lei nº 11.346 , de 15 de setembro de 2006

____ Projeto de lei do Senado nº 508, de 2013

____ Atlas da Violência 2016. Ipea e Fórum brasileiro de segurança pública. Disponível em<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf> Acesso em dezembro de 2016.

____ Fórum Brasileiro de Segurança Pública Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015. Disponível em<http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf> Acesso em dezembro de 2016.

BRISOLA, Elisa. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. *Revista Ser Social*. Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan/jun, 2012.

CAIXETA, Maria Clara. *Plano nacional de saúde no sistema penitenciário: análise do processo da sua implementação no distrito federal*. 2006.

CARDOSO, Maria Cristina Vidal. *A cidadania no contexto da Lei de Execução Penal: o (des)caminho da inclusão social do apenado no Sistema Penitenciário do Distrito Federal*. Brasília. 2006

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. *Aurora* , v. 2, n. 3, p. 37-46, dez. 2008.

CAVALCANTE, Girlene Maria Máti; PRÉDES, Rosa. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. *Libertas*. Minas Gerais, v.10, n.1, p. 1 - 24, jan-jun. 2010.

COSTA, Ricardo César. “Sangue Negro”: juventude e violência na capital brasileira do petróleo. In: Freire, Silene (Org.). *Direitos Humanos e Questão Social na América Latina*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009, p. 145-160.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Cfess Manifesta: Pelo Fim da criminalização dos movimentos sociais*. 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2010.04.17_Manifesta_Lutas_Camponesas.pdf> Acesso em dezembro de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Cfess Manifesta Código de ética*. 2009. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifestacodigodeetica.pdf>> Acesso em dezembro de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Relatório Final do 41º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. 2012. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinal_41nacional.pdf> Acesso em dezembro de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão*. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidijs_sociojuridico2014.pdf> Acesso em dezembro de 2016.

DAVIS, Ângela Y. A democracia da abolição: para além das prisões, do império e da tortura 2009, p. 7- 79.

FREITAS, Luciana de Lábio. A família como principal meio reabilitador do preso na pena privativa de liberdade. São Paulo, 2008.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. Prisões superlotadas, crueldade e desrespeito aos direitos humanos. Disponível em: < <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/priso-es-superlotadas-crueldade-e-desrespeito-aos-direitos-humanos/>> Acesso em Maio de 2016.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e Conventos*. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOMES, Izabel Fernandes. Medidas alternativas à prisão: significado e alcance socioeducativo. Serviço Social UnB. Brasília, 2009. Disponível em: < http://bdm.unb.br/bitstream/10483/743/1/2009_IzabelGomes.pdf> Acesso em: Julho de 2016

GUINDANI, Miriam Krenzinger A. As expressões da violência no sistema prisional brasileiro. 2015. In: FACEIRA, Lobelia da Silva; FARIAS, Francisco de ramos de. (Org) *Punição e prisão: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Brasília: *Temporalis*, 2001 v. 2, n. 3, jan-jun.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006. 400 p.

LEMO, Amanda dos Santos. Criminalização da pobreza e culpabilização do pobre. 2015. In: FACEIRA, Lobelia da Silva; FARIAS, Francisco de ramos de. (Org) *Punição e prisão*: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

LIMA, Mayra Macedo. Insegurança Alimentar e Nutricional no Cárcere: Uma Violação aos Direitos Humanos. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11771/1/2015_MayraMacedoLima.pdf> Acesso em: Dezembro de 2015

MACHADO, Vitor Gonçalves. O fracasso da pena de prisão: alternativas e soluções. *Revista Eletrônica Acadêmica de Direito, Panóptica*, 2009. Disponível em: <http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/Op_4.3_2009_108-129/96> Acesso em: Agosto de 2016

MANZINI, EDUARDO J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

TORRES, A. A. Presídios brasileiros refletem a “sociedade da vingança”: depoimento. [6 de março de 2014]. São Paulo: Conecta Direitos Humanos. Entrevista concedida a

Marcela Milan. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/midia/noticia/14983-entrementes-presidios-brasileiros-refletem-a-%E2%80%9Csociedade-da-vinganca%E2%80%9D>> Acesso em: Dezembro de 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MOREIRA, Beatriz Souto. “RESSOCIALIZAR PARA O FUTURO CONQUISTAR”? um estudo da pena privativa de liberdade. 2014. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/tcc-beatriz-moreira>> Acesso em dezembro de 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política*: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Mariele Lima de. Estado Penal e Criminalidade: como garantir direitos?, 2009. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/721/1/2009_MarieleLimadeOliveira.pdf> Acesso em: Julho de 2016

OLIVEIRA, Madyane Trindade; LIMA, Mariana da Silva. Sistema carcerário: uma realidade esquecida, inclusive pelos familiares. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*. Aracaju. v. 1, n. 2, p. 9-19, fev. 2013.

PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. Competências e atribuições profissionais na LEP. In: Conselho Federal de Serviço Social. II Seminário nacional: o serviço social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Tempo de Luta e Resistência. – Brasília: CFESS. 2012. Disponível

em<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/SEM_SS_SOCIOJURIDICO-CFESS.pdf> Acesso em dezembro de 2016.

REDAÇÃO NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Vídeo exclusivo: As violações no sistema prisional brasileiro. 2016. Disponível em< <http://www.ceert.org.br/noticias/violencia-seguranca/14723/video-exclusivo-as-violacoes-no-sistema-prisional-brasileiro>> Acesso em dezembro de 2016.

REISHOFFER, Jefferson Cruz; Bicalho, Pedro Paulo Gastalho de. A circunscrição histórica das prisões e a crítica criminológica. 2015. In: FACEIRA, Lobelia da Silva; FARIAS, Francisco de ramos de. (Org) *Punição e prisão: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015

ROMÃO, Vinicius de Assis. A criminalização das manifestações de rua e o direito de resistência. *Revista transgressões: ciências criminais em debate*. Natal – RN, v.4, n.2, novembro 2016.

SANTOS, Jonaza Glória dos; SOARES, Maria José Nascimento. Marcas do encarceramento nas famílias de detentos de Aracaju-SE. *Revista Forum Identidade*. Aracaju-SE, v. 3, n. 5, p. 21-33, 2009. Disponível em:
<http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_5/DOSSIE_FORUM5_02.pdf> Acesso em abril de 2016.

SANTOS, Joseane Soares. Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp062620.pdf>> Acesso em: Dezembro de 2016

SANSÃO, Luisa. Mobilização pela liberdade de Rafael Braga ganha seis países além do Brasil. 2016. Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/noticias/violencia-seguranca/14700/mobilizacao-pela-liberdade-de-rafael-braga-ganha-seis-paises-alem-do-brasil>> Acesso em: dezembro de 2016.

SILVA. André Luiz Augusto da. *Retribuição e história: Para uma crítica o sistema penitenciário brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2014.

SILVA, Antônio Julião da. Lei de execução penal. Disponível em:
<<http://portais.tjce.jus.br/esmec/wp-content/uploads/2011/04/lep-apostila-esmec.pdf>> Acesso em: Dezembro de 2016.

SILVA, Celina Ribeiro Coelho da. Penas alternativas: uma análise a partir da ineficácia das penas privativas de liberdade no Brasil, 2007. Disponível em: <
http://bdm.unb.br/bitstream/10483/670/3/2007_CelinaRCdaSilva.pdf> Acesso em: Agosto de 2016.

SILVA, Priscila Soares. A intervenção do assistente social na saúde mental: a experiência dos Centros de Atenção Psicossocial CAPS de Juiz de Fora- MG, 2012. Disponível em
<<http://docplayer.com.br/16592283-Universidade-federal-de-juiz-de-fora-faculdade-de-servico-social-mestrado-em-servico-social-priscila-soares-silva.html>> Acesso em: Agosto de 2016.

SOUZA, José Paulo de Moraes. O sistema penitenciário sob a ótica do trabalho. 2015. In: FACEIRA, Lobelia da Silva; FARIAS, Francisco de ramos de. (Org) *Punição e prisão: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015

TAVARES, Tayane. Famílias Encarceradas. *Agência Alternativa*, 2015. Disponível em: <<http://agenciaalternativam.blogspot.com.br/2015/12/familias-encarceradas.html>>

TAQUES, Silvana. A questão social e o estado penal: uma abordagem multidimensional em fenômenos e realidades preocupantes. *Revista Âmbito Jurídico*. 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2383> Acesso em: Agosto de 2016

VIANNA, Glaucia Regina. Desigualdade e segregação: engrenagens para o circuito. 2015. In: FACEIRA, Lobelia da Silva; FARIAS, Francisco de ramos de. (Org) *Punição e prisão: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015

WACQUANT, Loic. Da escravidão ao encarceramento em massa. Repensando a ‘questão racial’ nos Estados Unidos. 2006.

_____. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência. 2014. Disponível em<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf> Acesso em dezembro de 2016.

II JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PUBLICAS, 2005 São Luiz – MA., Transformações contemporâneas no mundo do trabalho: incidências no serviço social. MONTEIRO, Patricia da Silva; COELHO, Jocelina Alves de Souza; SILVA, Elaine Nunes da. Transformações contemporâneas no mundo do trabalho: incidências no serviço social. 2005

ANEXOS

Anexo 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) :

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Família e presídios: Qual o lugar do familiar no sistema prisional do Distrito Federal?” de responsabilidade de Karoline Lima Barros, aluno(a) de graduação da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *caracterizar as condições de vida e a atuação das famílias dos sentenciados no âmbito do sistema prisional*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevista semi-estruturada*, na qual *serão expostas questões objetivas e subjetivas para obtenção de respostas*. *Se necessário, será solicitado a gravação da entrevista*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco

Espera-se com esta pesquisa *mapear as condições de vida dos familiares dos sentenciados, assim como verificar de que forma estas famílias são tratadas dentro do sistema prisional do DF*. *Espera-se ainda, verificar se há possível restrição ou violação dos familiares e dos apenados*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 99348-0963 ou pelo e-mail karolinebarros81@gmail.com

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de *contato por email* podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à

assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a)

Assinatura do/a participante

Assinatura do (a)pesquisador (a)

Brasília, ____ de _____ de _____

Anexo 2. ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Sexo: (☐) Feminino (☐) Masculino
2. Escolaridade: (☐) Analfabeto (☐) Ensino Fundamental Incompleto
(☐) Ensino Fundamental Completo (☐) Ensino Médio Incompleto (☐) Ensino Médio Completo (☐) Ensino Superior Incompleto (☐) Ensino Superior Completo
3. Pertença Étnico-racial (☐) Branco (☐) Pardo (☐) Negro (☐) Amarelo
(☐) Indígena (☐) Outra
4. Idade: (☐) 18 a 24 anos (☐) 25 a 35a (☐) 35 a 39a (☐) 40a ou mais
5. Quantas pessoas vivem em sua casa: (☐) 1 a 3 (☐) 3 a 5 (☐) 5 a 7
(☐) 7 ou mais
6. Qual é a sua situação de moradia? (☐) Moradia Própria (☐) Moradia Alugada
(☐) Moradia Cedida (☐) Moradia financiada
7. Quem você está visitando: (☐) Marido (☐) Filho (☐) Irmão (☐) Outros
8. Em que região mora atualmente?
9. Trabalha atualmente: (☐) Sim (☐) Não
10. Qual a renda familiar? (☐) Nenhum (☐) de 1,00 a 880,00 (☐) de 880,00 a 1760, 00 (☐) de 1760 a 2640, 00 (☐) 2640,00 ou mais
11. Dos quesitos abaixo, quais são assegurados, pelo sistema carcerário, ao seu familiar:
(☐) alimentação suficiente e vestuário;
(☐) atribuição de trabalho e sua remuneração;

- () Previdência Social;
- () constituição de pecúlio;
- () proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
- () exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
- () assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
- () proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- () entrevista pessoal e reservada com o advogado;
- () visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
- () chamamento nominal;
- () igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
- () audiência especial com o diretor do estabelecimento;
- () contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

12. Com o seu familiar preso, ocorreram mudanças na sua vida e na dos demais familiares? Quais?

13. Como você caracteriza o sistema prisional do DF?

14. Em relação às visitas, como é o tratamento oferecido?

15. Você teria alguma crítica/ sugestão sobre o processo de revista?

16. Você já foi vítima de algum tipo de violência/ preconceito durante o processo de visita?

17. Principais queixas sobre o processo de visita: